

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO
SOCIAL

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE:

A BOLSA DE TRABALHO COMO INSTRUMENTO DE DIREITO
PARA A FORMAÇÃO DO ALUNO NO CEFET-AL

RECIFE

2003

JOSILENE ESTÁCIO MENEZES

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE:

**A BOLSA DE TRABALHO COMO INSTRUMENTO DE DIREITO
PARA A FORMAÇÃO DO ALUNO NO CEFET-AL**

RECIFE

2003

JOSILENE ESTÁCIO MENEZES

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE:

**A BOLSA DE TRABALHO COMO INSTRUMENTO DE DIREITO
PARA A FORMAÇÃO DO ALUNO NO CEFET-AL**

**Dissertação apresentada ao Mestrado em Serviço Social da
Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação da Profª Drª Anita
Aline Albuquerque Costa.**

RECIFE

2003

JOSILENE ESTÁCIO MENEZES

**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE:
A BOLSA DE TRABALHO COMO INSTRUMENTO DE DIREITO
PARA A FORMAÇÃO DO ALUNO NO CEFET-AL**

Banca Examinadora

Profª Drª Anita Aline Albuquerque Costa

Aprovado em:

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, que com humildade me incentivaram a buscar sempre o saber.

AGRADECIMENTOS

À Professora Anita Aline meu eterno carinho e gratidão por fazer parte desse processo com exaustiva dedicação e apresentando críticas oportunas tornando possível a concretização deste trabalho;

Aos professores do Departamento de Serviço Social da UFAL e da UFPE pela contribuição a nosso processo de aprendizagem e em especial às professoras Maria Betânia Buarque Lins Costa e Jane Alves Rocha pelo incentivo e atenção fundamentais para a minha decisão em ingressar no mestrado;

A Quitéria (UFAL) e Jacilene (UFPE), sempre atenciosas às solicitações;

Aos colegas do mestrado, pelo carinho e atenção, principalmente nos momentos de angústia, e especialmente a Márcia, pelas angústias divididas.

Aos amigos, pela compreensão das ausências necessárias para a concretização deste trabalho, em especial a João Klínio, amigo de todas as horas;

Aos colegas do CEFET, e estagiários, pelo incentivo e colaboração, e especial gratidão aos bolsistas de trabalho que, sempre atenciosos, deram sua valiosa contribuição; e também à Gerente de Apoio ao Ensino, Maria do Perpétuo Socorro, pelo apoio amigável e profissional no processo desse trabalho.

Aos meus familiares, que conseguiram entender minha reclusão e especialmente à minha irmã Jô Menezes, incentivadora maior, a qual sempre esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis da elaboração deste trabalho.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1:	Distribuição de alunos por modalidade de ensino	Pág. 35
Tabela 2:	Distribuição de bolsistas segundo motivo para solicitação da Bolsa de Trabalho	Pág. 60
Tabela 3:	Distribuição dos bolsistas por série e modalidades de ensino	Pág. 61
Tabela 4:	Distribuição dos bolsistas de trabalho segundo idade e sexo	Pág. 62
Tabela 5:	Distribuição dos bolsistas por estado civil	Pág. 63
Tabela 6:	Distribuição dos bolsistas segundo o número de pessoas com quem reside.	Pág. 64
Tabela 7:	Distribuição dos alunos segundo o nível de instrução dos pais	Pág. 64
Tabela 8:	Distribuição dos alunos segundo a ocupação da mãe	Pág. 65
Tabela 9:	Distribuição dos alunos segundo a ocupação do pai	Pág. 66
Tabela 10:	Distribuição dos bolsistas segundo a renda familiar	Pág. 67
Tabela 11:	Distribuição dos alunos por número de reprovações no histórico escolar	Pág. 68
Tabela 12:	Distribuição dos alunos segundo o tipo de escola de origem	Pág. 70
Quadro 1:	Temas-chave a partir dos blocos de perguntas	Pág. 74
Quadro 2:	Categorização do tema-chave “Significado da Assistência ao Estudante”	Pág. 75
Quadro 3:	Categorização do Tema-chave “significado da Bolsa de Trabalho”	Pág. 78
Quadro 4:	Contribuição da Bolsa de Trabalho para a formação do aluno Bolsista	Pág. 83

LISTA DE SIGLAS

CEFET-AL	Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas
CEPA	Comissão Econômica para a América e Caribe
DAE	Departamento de Apoio ao Estudante
FAE	Fundação de Assistência ao Estudante
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores para Assuntos Comunitários e Estudantis
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MTPS	Ministério do Trabalho e Previdência Social
PNE	Plano Nacional de Educação
SEMTEC	Secretaria de Educação Média e Tecnológica
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USAID	United States Agency for International Development

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	
LISTA DE SIGLAS	
RESUMO	
ABSTRACT	
INTRODUÇÃO	05
CAPÍTULO 1. EDUCAÇÃO NO BRASIL: AS TENDÊNCIAS ASSUMIDAS NAS DIFERENTES CONJUNTURAS	
1.1.O Direito à Educação	11
1.2. As Reformas da LDB e o Acesso ao Ensino Tecnológico	24
1.3. O Ensino Técnico em Alagoas – O CEFET-AL	32
CAPÍTULO 2. ASSISTÊNCIA SOCIAL AO ESTUDANTE	41
2.1. A Assistência Social Como Direito	41
2.2. A Assistência ao Estudante	46
2.3. O Programa Bolsa de Trabalho	54
CAPÍTULO 3. O SIGNIFICADO DA BOLSA DE TRABALHO PARA O ESTUDANTE DO CEFET-AL	58
3.1. O bolsista de trabalho do CEFET-AL	60
3.2. O significado da Bolsa de Trabalho	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97
ANEXOS	103

RESUMO

Este estudo investiga a relação entre a política de Assistência ao Estudante e a sua formação profissional, bem como o significado que isto assume para o aluno do CEFET-AL, tendo como elemento mediador o Programa Bolsa de Trabalho. Este tem como objetivo propiciar meios ao aluno que possam custear sua vida escolar e contribuir para o seu desenvolvimento sócio-educacional.

O estudo apresenta uma contextualização e análise das políticas de educação e assistência estudantil, atualmente determinada pelos impactos das mudanças estruturais através das orientações mercadológicas de acumulação do capital, levando a população a uma crescente exclusão social.

Do ponto de vista metodológico, utilizamos elementos empíricos através das abordagens quantitativa e qualitativa. O levantamento dos dados quantitativos foi realizado através de questionário semi-estruturado, aplicado a 115 bolsistas de trabalho o qual viabilizou o perfil socioeconômico da população pesquisada. A abordagem qualitativa possibilitou maior aprofundamento na análise dos dados, onde foram entrevistados 08 bolsistas com mais de um ano no programa e cursando as diferentes modalidades de ensino.

No referido estudo ficou evidenciado que o processo de desmonte das políticas sociais, tem impossibilitado a efetivação da política de Assistência ao Estudante, embora se reconheça que, articulada ao processo educativo, possibilite meios de inclusão social e de exercício de cidadania, contribuindo para que o aluno seja inserido não só no espaço estudantil, mas articulado aos segmentos político, social e cultural.

ABSTRACT

This study investigates the relationship between the politics of Students' Attendance and its professional formation, as well as its meaning for CEFET-AL's student, having as mediating element the Bolsa de Trabalho Program. This one has as objective give the students the ways to maintain their scholar lives, and also to contribute to their social-educational inclusion.

The study presents a contextualization and analysis of education politics and student attendance, current ordered of the impacts of the changes through the marketing orientations of capital accumulating, leading the population to a growing social exclusion.

By the methodologic point of view, we have used empiric elements through quantitative and qualitative approaching. The quantitative data collecting was made by semi-structured questionnaire, with 115 bolsistas from Bolsa de Trabalho Program at that institution, who allowed making the social economic outline of the bolsistas. The qualitative approaching allowed making more immersion at the data analyzing, when 8 bolsistas were interviewed. The bolsistas had more than one year at the Programa and was studying different types of course.

At the referred study was evidenced the vanish of social politics have delayed the trade of Student Attendance politics, in spite of to recognize that, when articulated with the scholar process, it comes to allow the ways of social inclusion and exercise of citizen, contributing for the student inclusion not only at student context, but also articulated with the politics, social and cultural segments.

INTRODUÇÃO

A reestruturação produtiva que vem modificando mundialmente as relações de trabalho traz como consequência um aumento crescente das desigualdades sociais especificamente no Brasil, levando-se a efetivar mecanismos de garantia de melhoria de vida da população.

Este fato se reproduz nos vários espaços da sociedade, entre eles o campo educacional aonde a política de assistência estudantil vem sendo executada sob o impacto das mudanças através da lógica financeira de acumulação do capital.

O Centro Federal de Educação Tecnológica inclui na sua política de Assistência ao Estudante o programa *Bolsa de Trabalho*, o qual se constitui, na sua essência, um mecanismo de permanência do aluno de baixo poder aquisitivo na escola, no sentido de que possa se manter em condições de igualdade durante seu processo educacional.

Num momento em que convivemos com um real agravamento da situação socioeconômica da população brasileira e, conseqüentemente, o aumento da exclusão social, nós nos deparamos com um contingente de alunos que procuram o setor do Serviço Social buscando formas alternativas de se manter na escola através dos programas de apoio que a instituição dispõe.

O setor de Serviço Social do CEFET é o responsável pelo processo de seleção e concessão das bolsas de trabalho que são oferecidas por aquela instituição. Trabalhando como Assistente Social no CEFET desde 1995, temos acompanhado uma crescente demanda das bolsas de trabalho e, ao mesmo tempo, ambigüidades e contradições que acompanham a operacionalização da

política de assistência ao estudante na instituição. No conjunto de nossas preocupações, assim sobressai a importância da bolsa de trabalho na vida dos alunos bolsistas e no seu processo de ensino/aprendizagem.

Este estudo foi determinado durante o processo de pesquisa enquanto mestranda e Assistente Social do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas. A Assistência ao Estudante na instituição, considerada como apoio ao aluno, tem como objetivo proporcionar o acesso e permanência do aluno no seu processo educacional, através da concretização de serviço e benefícios necessários ao aluno de baixo poder aquisitivo.

Pretendemos aqui, discutir que significado assume a Assistência para o aluno do CEFET em favor de sua qualificação profissional, e qual o significado do Programa Bolsa de Trabalho neste contexto mercadológico para o aluno considerado de baixo poder aquisitivo.

A Assistência Social no espaço estudantil, assim como as demais políticas sociais, estão diretamente vinculadas aos processos conjunturais do país, que vêm alterando o seu perfil, diante do ajustamento econômico sob orientação de organismos financeiros internacionais.

Sob tal orientação, a política de educação vem sofrendo os impactos do processo mercadológico, atingindo diretamente às antigas escolas técnicas federais, hoje Centros Federais de Educação Tecnológica e Universidades, onde os CEFETs, em cumprimento da reforma do ensino tecnológico tem vivenciado um processo de extinção do antigo ensino técnico regular em favor do ensino tecnológico, enquanto reduziu a oferta de vagas ao ensino médio que agora se tornou desvinculado do ensino técnico, sendo opção do aluno, e caso escolha o

ensino chamado concomitante, deverá cursá-lo no horário integral, onerando o orçamento familiar com transporte, alimentação e outros.

Desta forma, percebemos que os alunos da classe trabalhadora se tornaram os mais prejudicados levando-os a procurar o Setor de serviço Social, na tentativa de superarem os obstáculos que ameaçam a sua permanência na escola assim como alternativas que possam dar continuidade a conclusão do curso de sua escolha.

Vale salientar que sob o desmonte das políticas sociais em consequência dos cortes financeiros, ao mesmo tempo emerge da sociedade uma crescente pauperização da população, e consequentemente no meio estudantil, em que a redução dos recursos destinados ao prosseguimento dos programas sociais, torna-se prejuízo, não só ao segmento destes alunos, como também aos objetivos da própria unidade de ensino, que passa a ter índices mais elevados de evasão, trancamento de matrículas ou reprovação.

Partimos do argumento que a Assistência ao Estudante é uma política que implica em criar mecanismos de inclusão social, assim como permite subsidiar a democratização do acesso e permanência do aluno de classes sociais distintas no espaço Estudantil sendo, no entanto, um instrumento de garantia dos direitos de cidadania.

Concordamos com PEREIRA, quando coloca que a Assistência deve ser “propiciadora da concretização do princípio de universalização inerente às demais políticas, mediante a sua participação nos processos de extensão da cidadania e da inclusão dos segmentos excluídos no universo em aberto destas demais políticas” (1996:54).

Sendo a Assistência ao Estudante orgânica à política de Educação, deve-se proporcionar medidas e alternativas que promovam a inclusão social dos alunos, contribuindo para a formação do cidadão político e social.

Baseado nos aspectos teóricos analisados e através da caracterização do sujeitos envolvidos na assistência estudantil optamos pelo Programa Bolsa de Trabalho, o qual consideramos como um dos instrumentos viáveis e eficazes para a permanência do aluno na escola, assim como, contribui para a melhoria do desempenho sócio-educacional do aluno da classe trabalhadora.

Procuramos então, aprofundar esta reflexão, através da nossa proposta de estudo sobre o significado que assume a Assistência para o aluno do CEFET, e qual o significado do Programa Bolsa de Trabalho neste contexto mercadológico para o aluno de baixo poder aquisitivo.

Tomando como referência esses elementos, um universo de 115 bolsistas de trabalho. O Programa Bolsa de Trabalho tem como finalidade garantir aos alunos de baixo poder aquisitivo, a sua permanência na escola, proporcionando oportunidade de desenvolvimento de sua condição sócio-educacional e cultural.

A Bolsa de Trabalho é uma contribuição financeira mensal, tendo como contrapartida a prestação serviços pelo bolsista, em setor técnico ou administrativo da instituição durante vinte horas semanais.

Conforme o perfil dos bolsistas de trabalho, a maioria pertence à faixa etária entre 16 e 18 anos de idade (48,7%), alunos procedentes da capital, onde os dados revelam a situação de subemprego caracterizada pelo salário e pelas próprias ocupações dos pais, levando os adolescentes a buscar alternativas de complementação da renda familiar.

Diante dos objetivos, e direção teórico-metodológica da nossa pesquisa, escolhemos o universo de 115 bolsistas incluídos no Programa no ano de 2002, onde foi analisado o perfil socioeconômico através da aplicação de questionários semi-estruturados, o que veio subsidiar a realização e análise das entrevistas dos bolsistas selecionados.

Deste universo, definimos trabalhar uma amostra intencional de forma que melhor atendesse nosso objeto de estudo. Selecionamos então, alguns critérios assim distintos: bolsistas com mais de um ano no Programa Bolsa de Trabalho; e ainda como critério, que fossem representadas diferentes modalidades de ensino, perfazendo o total de 08 entrevistas, assim especificadas: 04 alunos do curso regular de Estradas, Edificações, Eletrônica, e Refrigeração; 03 alunos do curso médio e um aluno do curso concomitante.

Como instrumento de coleta de dados, utilizamos a pesquisa documental, o questionário e a entrevista, onde para o tratamento dos dados, foi utilizado o programa estatístico SPSS. Procuramos ainda, através da análise de conteúdo, analisar as informações obtidas nas entrevistas com os bolsistas selecionados, através de uma constante revisão teórica para um embasamento efetivo do estudo em questão.

Os dados qualitativos foram analisados no sentido de dar um significado mais aprofundado nos elementos encontrados nos questionário, ampliando a representatividade e explicabilidade deste estudo. Desta forma, utilizamos a análise de conteúdo proposto por BARDIN (1997).

Procuramos desenvolver esta dissertação em três capítulos: o primeiro, tem como objetivo analisar a educação no Brasil e as tendências assumidas nas diferentes conjunturas perpassando pela reforma do ensino tecnológico com base

na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/96 e seu reflexo no CEFET-AL.

No segundo capítulo, discutimos a política de Assistência ao Estudante no Brasil e as determinações conjunturais, com seus reflexos na educação, enfatizando o Programa Bolsa de Trabalho como um instrumento de direito dos mais relevantes no desenvolvimento sócio-educacional do aluno do CEFET.

No terceiro capítulo, procuramos construir não só uma análise da caracterização dos bolsistas de trabalho, mas, construir uma análise em que possa situar de que forma a Assistência ao estudante do CEFET-AL, sendo um instrumento de inclusão do aluno no espaço estudantil e social, atende ao aluno da classe trabalhadora e ainda através dos dados apresentados verificar e analisar que significado assume o Programa Bolsa de Trabalho para os referidos alunos em relação a sua formação profissional.

Diante das discussões permitidas através do processo investigativo, acreditamos que nosso estudo possa contribuir à análise da Assistência no espaço do CEFET, bem como, subsidiar as análises quanto ao significado dos Programas de assistência destinados aos alunos daquela instituição de ensino, especificamente os alunos de baixo poder aquisitivo, os quais estão sujeitos à exclusão do processo educacional, buscando na Assistência uma alternativa de acesso e condições de permanência no espaço estudantil.

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO NO BRASIL: AS TENDÊNCIAS ASSUMIDAS NAS DIFERENTES CONJUNTURAS

A história da educação brasileira esteve durante séculos, subordinada às classes dominantes e em alguns períodos voltada para a aristocracia sob o domínio da igreja.

A ascensão da classe burguesa no século XIX, e sua participação na vida sócio econômica, contribuíram com a expansão do comércio, levando a uma urbanização crescente, e a intensificação de extratos sociais, dando-se lugar a um novo modelo econômico impulsionando-se a uma nova reestruturação no sistema educacional, criando-se espaços para uma nova demanda social da educação que veio permear os rumos da educação no Brasil no século seguinte.

Nos anos de 1930, a sociedade brasileira, já inserida no processo de intensificação do capitalismo industrial emergente, entendia que a modificação da sociedade teria como elemento fundamental, a reforma da educação, atendendo a uma complexificação da divisão social do trabalho, exigindo-se um novo tipo de homem que correspondesse aos novos padrões culturais absorvidos através do avanço técnico-científico.

Neste período, a sociedade vivenciou um *“processo de efervescência ideológica, com uma diversidade de projetos para a sociedade brasileira, culminando com a elaboração de uma nova política educacional para o país”* (GHIRALDELLI, 1991:39).

As mudanças ocorridas atingiram pela primeira vez no país, os vários níveis de ensino, alcançando todo o território nacional. Foi criado um projeto de nacionalidade articulado à política educacional modernizante na época, onde políticos, educadores, intelectuais e igreja defendiam uma educação nova num embate com o governo federal, o qual conseguia equilibrar as discussões divergentes apesar de cooptação e manipulação dos discursos e proposta em seu favor.

Desses embates culminou o Manifesto dos Pioneiros¹, mais tarde, nas discussões do projeto lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No primeiro movimento dos pioneiros em 1932, os membros do movimento elaboraram um documento contendo entre outras reivindicações: gratuidade e obrigatoriedade do ensino, laicidade e co-educação e o plano nacional de educação.

Essas reivindicações causaram resistências às elites, mas as idéias se tornaram uma luta em torno da escola pública, concretizando-se o direito de todos à educação, uma vez que o plano nacional visava uma maior participação do Estado, no que se refere à unificação dos sistemas de ensino existentes naquele período: ensino primário e profissional para as classes menos favorecidas, e o ensino secundário e superior para as classes dominantes.

Após a constituição de 1934, iniciaram-se as repressões contra as mobilizações populares, bem como ficou explícito o espaço da educação como estratégia de equilíbrio à “questão social”. O período de 1937, com a

¹ O manifesto dos pioneiros foi o resultado de diversos embates em torno dos problemas educacionais, que se propunha à reformulação do pensamento pedagógico social, de âmbito nacional, com idéias inovadoras para o ensino.

institucionalização do Estado Novo, o Estado ditatorial de Vargas proporcionou um redirecionamento do debate sobre a política educacional, retrocedendo as tendências democratizantes, e a educação que se pretendia como direito de todos, passou a ser desobrigada pelo Estado. Manteve-se então um dualismo educacional, excludente, representando os segmentos conservadores da sociedade.

Visando-se a preparação de mão-de-obra, o governo federal elaborou uma série de reformas chamadas “*Leis Orgânicas do Ensino que contemplavam os três departamentos da economia, regulamentando o ensino técnico-profissional industrial, comercial e agrícola*” (SHIROMA, 2001:27).

A Lei Orgânica do ensino industrial criou “as bases para a organização de um sistema de ensino profissional para a indústria” (KUENZER, 1991:13). Esta lei permitiu que as escolas de artífices criadas no início do século XX passassem a oferecer cursos técnicos, tornando-as escolas técnicas federais, onde os alunos concluintes poderiam vir a prestar concurso para ingresso nos cursos de ensino superior.

O conjunto das leis orgânicas permitiu a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942 e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) em 1946. Estes sistemas de ensino distinguiram-se dos demais cursos profissionais da rede oficial atendendo as camadas menos favorecidas da população voltando-se para a absorção do mercado de trabalho.

Percebe-se a permanente dualidade do ensino, onde as camadas das classes populares buscavam o ensino primário e profissional visando à inserção

no mercado, enquanto as camadas mais favorecidas da população almejavam o ensino superior.

A intensificação do capitalismo industrial na década de 1950 marcou a era desenvolvimentista no país. Como decorrência deste fato agravou-se a insatisfação da população com a crescente desigualdade social, enquanto o discurso governamental pregava a articulação entre o sistema educacional a partir da escola elementar, com oferta de emprego que despontava através do processo de industrialização.

Neste período a meta era formar mão-de-obra qualificada para atender ao mercado e às exigências decorrentes da expansão da economia. Paralelamente acontecia um longo debate iniciado no final da década de 1940, onde a Constituição de 1946 contemplava um caráter inovador, voltando assim às discussões sobre os rumos da educação brasileira.

Correntes progressistas organizaram vários debates, conferências, e elaboraram o 2º Manifesto dos Educadores o qual tratava do *“aspecto social da educação, dos deveres do Estado democrático e da sobrevivência da escola pública bem como de assegurá-la a todos efetivamente”* (ROMANELLI, 1986:179). Nestes embates a classe dominante optava em legitimar o financiamento das escolas particulares e os educadores e intelectuais em favor da classe popular, por um ensino gratuito e obrigatório.

Os debates acima referidos deram-se de forma acirrada onde culminaram na elaboração e promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4024, em 20/12/61). *“Esta Lei veio consagrar a vitória das forças conservadoras e privatistas da sociedade, trazendo prejuízo quanto à distribuição*

de recursos e à ampliação das oportunidades educacionais” (SHIROMA, 2000:29), pois com inúmeras sanções do governo da época, garantiu que verbas públicas pudessem ser direcionadas para a rede particular de ensino em todos os graus, frustrando assim as expectativas dos setores progressistas da sociedade.

Segundo GADOTTI(1997:23), a LDB/61 conseguiu flexibilizar a estrutura do ensino, possibilitando o acesso ao ensino superior, independente do curso que o aluno tivesse concluído anteriormente, bem como eram citados pela primeira vez na história da educação brasileira, *“eixos importantes como: Fins da educação; Da liberdade de ensino; Da administração do ensino; Dos sistemas de ensino; Da educação do grau primário; Da assistência social escolar; dos recursos para a educação”*.

Apesar do avanço desta lei, considerado por alguns educadores, não se conseguiu alterar a dualidade entre o ensino regular e o ensino profissional, mas uniram-se, na mesma estrutura os dois sistemas de ensino. Passaram-se então a existir dois ramos de ensino médio que apesar de diferenciados, são equivalentes: um científico e o outro profissionalizante. Não modificou então o caráter seletivo, pois os alunos oriundos da classe trabalhadora optavam pelos cursos profissionalizantes dificultando seu acesso ao nível superior.

Até o período de 1964, a educação tinha como suporte, uma alternativa de democracia e cidadania efetivas viabilizando a articulação dos saberes de conteúdo geral humanista e o saber de conteúdo técnico. (FRIGOTTO, 1998). Os quatro primeiros anos da década de 1960 foram fruto de criação de várias organizações através de intelectuais progressistas, políticos de esquerda, preocupados com a problemática cultural dos trabalhadores brasileiros.

O regime militar interrompeu o processo de democratização que vinha se constituindo no país. O novo discurso, baseado no ideário da ditadura militar, atribuía a baixa produtividade à inadequação da proposta educacional em relação às necessidades do mercado de trabalho, em função das metas de desenvolvimento econômico acelerado e de desmobilização política.

Surgiu então a necessidade de uma reestruturação que dotasse o ensino em todos os níveis de uma maior racionalidade constituindo-se em *“um sistema educacional que diminuísse a demanda do ensino superior e substituísse o caráter acadêmico, pela formação profissional no segundo grau”* (KUENZER, 1992:15). Enfrentado-se algumas crises, o governo criou a Lei 5540/68, que instituíu a reforma universitária, a qual desencadeou uma série de repressões ao movimento estudantil e operário. O governo via a universidade como palco ideológico do reformismo nacionalista-desenvolvimentista, a qual tornou-se pólo de resistência ao regime ditatorial. A partir dessa lei o ensino superior passou a significar chances para alguns setores. A universidade *“passou a manter regime de créditos, com matrícula por disciplina, departamentalização e um modelo de universidade empresa, enfatizando a racionalidade, a eficiência e a produtividade”* GHIRALDELLI, (1991:175).

Após um período de um lento processo, o governo militar reorganizou a legislação da educação brasileira sob a orientação do MEC e USAID², sob protestos estudantis, os quais acreditavam que esta influência externa só aumentaria a exclusão educacional das classes menos favorecidas. Fez-se surgir então a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 5692/1971).

² USAID – United States Agency for International Development

Esta lei era baseada no argumento de que “*o país deveria progredir a qualidade de mão-de-obra nacional através de uma rede de ensino voltada para a capacitação do trabalhador*” GHIRALDELLI, (1991:175), onde o ensino profissionalizante excluiu os conteúdos de formação geral, para o trabalho e cidadania, criando assim, um currículo tecnicista, despolitizando então o ensino secundário, além de diminuir consideravelmente os recursos para a educação.

Apareceu pela primeira vez na LDB, a intenção explícita da educação para o trabalho. A proposta do ensino médio, articulada ao modelo político e econômico da ditadura apresentam, pelo menos três objetivos significativos: a contenção da demanda de estudantes secundaristas ao ensino superior, que havia marcado fortemente a organização estudantil no final da década de 1960; a despolitização do ensino secundário por meio de um currículo tecnicista; preparação da força de trabalho qualificada para atender às demandas do desenvolvimento econômico que se anunciavam com o crescimento obtido no “tempo do milagre” (KUENZER, 1997:17).

Apesar de uma lei criada num sistema ditatorial, havia a proposta de uma escola única, a qual pretendia aliar “*a função formativa à função profissionalizante*” (SHIROMA, 2000:40). As escolas que atendiam às classes média e burguesa permaneceram com a função propedêutica, enquanto as escolas públicas estatais não davam conta da formação geral, nem da formação profissional, havendo um inegável prejuízo para a qualidade do ensino e uma grande desarticulação da escola pública do segundo grau, já precária. Por um lado, não se conseguiu formar bons técnicos, devido, dentre outros fatores, à escassez de recursos materiais e de profissionais especializados e por outro, não

se conseguiu conter o anseio da maioria dos alunos pelo acesso ao ensino superior, contrariando o objetivo inicial de alterar a demanda dos estudantes do ensino secundário e agilizar a formação profissional.

Para MACHADO (1998:103), esta reforma do ensino do segundo grau, “*é alicerçada na concepção pragmática e tecnicista de que, antes de tudo, o ensino deve estar fundamentalmente, integrado às necessidades econômicas e exigências do mercado*”.

Segundo FRIGOTTO (1999:41), a LDB 1971, tem como suporte básico, a teoria do capital humano, a qual exprime um vínculo entre educação e mercado de trabalho. A crítica maior a esta teoria é sua constituição na concepção burguesa, fundada nos supostos neoclássicos. Alega ainda o autor, que o conceito de capital humano “*busca traduzir o montante de investimento que uma nação faz ou os indivíduos na expectativa de retornos adicionais futuros*”.

De acordo com MACHADO (1999:104), a teoria do capital humano desenvolveu-se com a “*finalidade de investigar as condições da maximização dos lucros decorrentes dos investimentos na educação e de contribuir na fundamentação da educação, como mecanismo justificado de desigualdade*” (1999:104) comprovando-se assim nessa teoria sua identificação com a ideologia do sistema de produção capitalista.

A política educacional pós 1964 até a década de 1970, gerou uma exclusão de grande parcela das classes populares, “*privatização do ensino, institucionalização do ensino profissionalizante, tecnicismo pedagógico e uma confusa legislação educacional*” (GHIRALDELLI, 1991:163). Necessário se faz ressaltar que neste período, a opressão vivenciada pela sociedade civil não evitou

que intelectuais e estudantes travassem algumas lutas em decorrência da política de governo da época, o que levou a institucionalização do AI-5³ e o decreto-lei 477, este, aplicado ao corpo docente e discente, bem como ao administrativo das escolas proibindo qualquer manifestação de caráter político ou de protesto no âmbito das universidades.

O “milagre econômico” vivido no início dos anos de 1970 passou a ser desvendado, a baixa qualidade de mão-de-obra e os limites tecnológicos da indústria no Brasil, tornaram difícil a economia brasileira, compondo um quadro crítico no país, fragilizando o autoritarismo do sistema vigente.

A crescente crise econômica vivenciada no país reacendeu os movimentos sociais, pressionando o sistema militar proporcionando ao final da década uma abertura política favorecendo mudanças nas políticas sociais, inclusive na educação.

No final da década de 1970, instalou-se então um processo de luta pela democracia, em resistência ao regime ditatorial e à crise econômica que se articulava no capitalismo internacional. Forças progressistas buscavam uma nova forma na condução das políticas sociais onde a educação perdia o papel que correspondia ao modelo desenvolvimentista e tecnocrático em favor do fortalecimento da participação dos Estados na definição de perspectivas para a política educacional brasileira.

Embora com um quadro bastante crítico que vivia o país, uma nova força dos movimentos sociais foi acrescida com o retorno de vários brasileiros exilados

³ Ato Institucional nº 5, o qual subtraía do cidadão brasileiro as garantias individuais públicas ou privadas.

após o processo de anistia em 1979. Voltaram então “*as preocupações com o sentido social e político da educação*” (SHIROMA, 2000:43)

Oficialmente, encerrou em 1985 o período do regime militar e o país se organizou em grandes fóruns nacionais por mudanças na economia, na gestão pública, no regime político e na educação. Vislumbrava-se uma proposta de educação pública e gratuita como direito público e dever do Estado e a formação do aluno crítico. Os educadores brasileiros preocupavam-se entre outras reivindicações, com a melhoria de qualidade na educação e com a permanência do aluno na escola além da defesa da verba pública para a escola pública.

Ainda no início da década de 1980, especificamente 1982, foi sancionada a lei 7044/82 extinguindo a obrigatoriedade do ensino profissionalizante. Os governos de oposição eleitos no início da década foram aos poucos, projetando uma política de educação a partir do avanço e do consenso produzido entre os educadores oriundos das universidades, dos movimentos sociais produzindo o que seria um projeto nacional de educação.

Promulgada a Constituição do Brasil em 1988, observamos que “*a educação passou a se configurar como uma política social do Estado*” (NEVES, 1994:100). Esta passou a ser reconhecida como direito social, mas sua discussão se deu separada das discussões sobre a questão científica e tecnológica preocupando os estudiosos do assunto.

Os segmentos progressistas que debateram sobre a educação nacional, clamavam em defesa da escola pública e de uma educação de qualidade, gratuita e universal, “*definindo a educação em seu conceito mais amplo, superando a*

idéia de escolaridade para adotar a idéia de que ela ocorre no interior das relações sociais” (KUENZER, 1997).

Essas reivindicações eram o que se pretendia à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual teve suas discussões iniciais simultâneas às discussões da Assembléia Nacional Constituinte.

1.1 O DIREITO À EDUCAÇÃO

Através do avanço das discussões e reivindicações do final dos anos de 1980, no processo de redemocratização do país, a vitória dos partidos de oposição no início da década, nas eleições estaduais e municipais, possibilitaram que intelectuais oriundos de partidos políticos, universidades e movimentos sociais, assumissem os governos os quais se aliaram a um projeto de política nacional de educação que fosse contrário aquele elaborado no regime militar.

Os movimentos da sociedade civil na luta pelos direitos sociais resultaram na promulgação da Constituição Federal em 1988. Neste período, ganha forma o projeto para elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional.

Esta lei deveria condensar todos os anseios dos educadores progressistas, colocados nos Fóruns entre eles, o realizado em defesa da escola pública, mas na contramão de uma de uma Constituição chamada “*Constituição Cidadã*”, vinham se instalando mundialmente profundas modificações ocorridas no mundo do trabalho, decorrentes de um novo padrão de acumulação do capital.

A década de 1990 definiu as estratégias para a educação nacional, através de orientações do Banco Mundial, aliado às forças conservadoras do país, auxiliando a política externa americana. Iniciou-se então uma profunda reforma em relação ao financiamento e à administração da educação, a qual recomenda autonomia das instituições para um uso racional dos insumos educacionais e propor maior articulação com o setor privado na oferta da educação, bem como maior eficiência no gasto social.

Essas orientações trouxeram à tona antigos fundamentos, como por exemplo, o fato de atribuir à educação o papel decisivo no crescimento econômico e na redução da pobreza, adequando-se aos novos padrões da lógica da empregabilidade.

Os anos de 1990 foram cenários de lutas pelo direito à educação e garantia das antigas reivindicações dos educadores e da sociedade civil. Em 1990 foi realizado na Tailândia a Conferência Mundial de Educação Para Todos, financiada entre outros órgãos pela UNESCO⁴ e Banco Mundial aonde os países de maior taxa de analfabetismo do mundo, entre eles o Brasil, mantiveram o compromisso de impulsionar suas políticas educacionais a partir desse evento internacional, o que significou o contrário daquilo que se pretendia nos fóruns sobre a educação do país.

Antigas discussões entre correntes privatistas e aquelas que defendiam a escola pública reacenderam, mas o governo brasileiro, atendendo ao acordo firmado na Tailândia, e ao documento econômico da CEPAL (Comissão Econômica para a América e Caribe), que solicitava urgente a implementação “de

⁴ UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

mudanças educacionais demandadas pela reestruturação produtiva em curso” (SHIROMA, 2000:63), apressou-se em se pronunciar sobre o corte de verbas e num investimento em reformas de ensino que corresponderem aos conhecimentos, e habilidades requeridas pelo sistema produtivo, favorecendo uma articulação entre educação, conhecimento e desenvolvimento nos países da América Latina.

A meta era investir prioritariamente no acesso e permanência na escola a partir do atendimento às creches, até o ensino fundamental, desobrigando-se o financiamento em relação às escolas do ensino médio e ensino superior.

Nesta mesma década realizou-se o primeiro *Congresso Nacional de Educação*, na tentativa de superar o debate educacional por níveis e modalidades de ensino, sendo estabelecido então suas metas para a escolarização da década seguinte:

acesso e permanência à educação pública, gratuita e de qualidade para todos; mobilização da educação básica (infantil, fundamental e média); garantia de autonomia universitária; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na universidade; a regulamentação (normatização e fiscalização) do setor privado de ensino como concessão do poder público e a garantia de salários dignos as profissionais da educação. (NEVES, 2001:139).

Com a aprovação da LDB/1996, verificou-se que não correspondia às reivindicações e esperança de quase duas décadas da comunidade educacional a qual vem se adequar aos objetivos educacionais às novas exigências do mercado internacional e nacional assim como delinea a formação do profissional produtivo. O novo padrão neoliberal de desenvolvimento mundial e nacional “*exigiu*

mudanças nos papéis sociais da educação e conseqüentemente, na natureza e organização do sistema educacional brasileiro do final do século” (NEVES, 2001:134).

Inúmeras medidas provisórias, leis, portarias, vieram definir os rumos do ensino médio, bem como, do ensino superior brasileiro, visando este último, racionalizar as Instituições de Ensino Superior públicas, no uso de recursos e gestão interna, assim como criar formações de parcerias no âmbito da sociedade civil com a proposta de avaliação institucional como uma espécie de controle ou medição de resultados finais ocorridos por meio de “provão” (decreto 2026/96). Foram instituídos dois decretos pelo governo federal, que regulamentaram o ensino superior e a educação tecnológica, vinculados à ideologia mercadológica com subordinação da escola à empresa.

1.2 AS REFORMAS DA LDB E O ACESSO AO ENSINO TECNOLÓGICO

Observamos que as reformas da educação da nova LDB têm correspondido às condições econômicas e sociais apresentadas nas diferentes conjunturas. As reformas acontecidas na década acima referida resultado também de tensões entre grupos de diferentes segmentos sociais, não se esquivaram de atender as esferas econômica e cultural, sendo esta última subordinada a primeira ao passar a assumir o viés mercadológico moldado na atual estratégia do capitalismo, em que de um lado exige uma formação qualificada dos trabalhadores com novas habilidades para atender o processo produtivo com

base no desenvolvimento tecnológico, por outro, os expulsa gradativamente da esfera produtiva.

Assim, baseada na globalização e na competitividade, a educação se tornou em evidência nos últimos anos sob a orientação de organismos internacionais como o Banco Mundial.

O sistema educacional brasileiro passou a ser reorganizado a partir dessa nova LDB, (lei 9344 de 20/12/96). As reformas ocorridas vieram consolidar o diagnóstico educacional da América Latina, na ótica do Banco Mundial, o qual define problemas da educação e soluções como:

ao alegarem preocupação em ampliar as oportunidades escolares, recomendam eficiência nos gastos, não pensando em aumentar a destinação das verbas; ao constatarem que a maioria dos jovens na região não ultrapassam o ensino médio, impõe a esta modalidade de ensino o caráter terminal e adequado às demandas do mercado de trabalho, além de recomendar que os governos fomentem a articulação público- privado, para suprir o gasto público por estudante considerado elevado. (SHIROMA, 2000:114).

Tais reformas diferenciam daquelas da década de 1970, pela sua introdução na mídia, cooptando intelectuais e sociedade civil, impondo-se pouco a pouco a mercantilização da educação.

Esta lei através de suas diretrizes nacionais tornou a educação organizada a partir de diferentes níveis de educação e ensino: educação básica, profissional, superior e especial.

Paradoxalmente às orientações impostas pela LDB, o inciso I do artigo 9º da referida lei deixou como incumbência à união elaborar o Plano Nacional da Educação, instrumento de caráter democrático, coletivo, tendo como principal objetivo atender as necessidades educacionais da maioria da população.

No sentido oposto aos dispositivos da LDB, o plano nacional da educação caracteriza a educação como um instrumento de formação ampla de luta pelos direitos da cidadania e da emancipação social, preparando as pessoas e a sociedade para a responsabilidade de construir coletivamente um projeto de inclusão e de qualidade social para o país.

É necessário observar que os trabalhadores da educação apresentaram no II Congresso Nacional da Educação o Plano Nacional de Educação da sociedade civil, com proposta democrática, em contrapartida ao PNE do Executivo. Foram enviadas duas propostas ao Congresso para discussão e aprovação, mas o governo federal não considerou as propostas da organização dos trabalhadores da educação, reafirmando a proposta do governo como uma “*diretriz político-empresarial para a educação*” (NEVES, 2001:150). Este fato consolidou as divergências sociais e educacionais brasileiras na atualidade.

Em abril de 1997, o governo federal assinou dois os decretos que vieram regulamentar a nova estrutura para o ensino superior e o ensino tecnológico. O primeiro decreto, 2207 de 15/04/97, regulamentou o sistema federal de ensino e estabeleceu que as instituições de ensino superior, públicas e privadas se organizassem em cinco modalidades: 1) universidades; 2) centros universitários; 3) faculdades integradas; 4) faculdades; e 5) institutos superiores ou escolas superiores.

Segundo NEVES (2001:140), dessas modalidades, “*apenas as universidades manterão a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, as demais realizarão apenas atividades de ensino*”. Alega ainda a autora que essa forma de organização das instituições de ensino vêm atender a proposta do governo federal, onde relaciona esta mudança às necessidades de adequar às rápidas mudanças tecnológicas e em conseqüência, na produção de bens e serviços.

Com a nova LDB foram implantados: os Parâmetros Curriculares Nacionais, das Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional de nível técnico MEC/CNE, dos Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio, das Diretrizes Curriculares para Cursos de Graduação, da regulamentação dos cursos seqüenciais dos processos de avaliação de educação brasileira, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), da descentralização da Gestão Educacional, através da municipalização da rede de serviços educacionais, e a reorganização da educação superior, atribuindo-se a autonomia das universidades públicas.

Para KUENZER (2000:54), com a racionalidade financeira regida pela crise econômica e institucional, as políticas educacionais vigentes não mais se baseiam na universalidade do acesso a educação pública em todos os níveis, limitando o compromisso do Estado com a educação pública obrigatória e gratuita ao ensino fundamental. Desta forma os demais níveis “*vão sendo progressivamente assumidos pela iniciativa privada*”.

O Decreto 2208, de 17/04/97, e a Portaria 646 de maio de 1997 vieram alterar a estrutura do ensino médio, da educação tecnológica do sistema de

formação profissional. Este decreto estabeleceu à educação profissional os seguintes níveis de ensino: básico - destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia; técnico - destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este decreto. Tem organização curricular própria e independe do ensino médio regular; tecnológico – correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica. Destinado a egressos do ensino médio e técnico.

A reestruturação do ensino tecnológico causou grandes reformas no sistema de ensino nas instituições federais de educação tecnológica apesar das insatisfações de grande parte de seus profissionais.

O decreto acima mencionado aponta o ensino técnico dissociado da escolarização, deixando de ser uma modalidade do ensino médio. O parecer da Câmara de Educação Básica torna explícita a existência de uma dualidade de ensino, ou seja, apresenta um ensino médio profissionalizante e outro propedêutico.

Estas mudanças reportam às discussões da década de 1970, onde o ensino profissionalizante se tornou obrigatório no segundo grau, considerando que as escolas particulares continuaram oferecendo o ensino propedêutico, acentuando-se a desigualdade entre as classes sociais ao acesso ao ensino superior.

Um dos pontos principais desta nova legislação constitui-se na separação da educação profissional do ensino regular. A formação técnica passa a ser um complemento da educação geral e não um espaço dela, propondo ainda níveis

diferenciados de educação profissional dirigidos a diferentes alunos segundo sua condição de classe.

O Plano Nacional de Educação, através do governo federal, apresenta como uma das justificativas para explicar a reforma do ensino técnico, *“a limitação de vagas nos estabelecimentos públicos, especialmente na rede das escolas federais de nível técnico e tecnológico, que aliam a formação geral de nível médio à formação profissional”* (PNE, 2000:91). Justifica ainda o PNE, que:

o maior problema no que diz respeito às escolas técnicas públicas de nível médio é que a alta qualidade do ensino que oferecem está relacionada a um custo extremamente alto para a sua instalação e manutenção, o que torna inviável sua multiplicação de forma a poder atender ao conjunto de jovens que procura a formação profissional. Além disso, diante da restrição de ofertas, criou-se um sistema de seleção que tende a favorecer os alunos de maior renda e melhor nível de escolarização, afastando os jovens trabalhadores, que são os que dela necessitam. (Ibdem, p. 91)

Concordamos com NEVES quando faz referências sobre o governo federal, acerca da extinção dos cursos técnicos de nível médio. O governo deliberadamente evidencia o caráter discriminador de sua política educacional, ao reconhecer que os cidadãos são incluídos no espaço público escolar, segundo sua origem de classe. E ainda ao salientar, que o sistema de seleção favorece os alunos de maior renda, em detrimento daqueles que mais necessitam de formação profissional.

A reforma do ensino médio e técnico surgiu entre outros fatores para adequar o ensino às novas demandas econômicas e sociais, numa sociedade que

apresenta novos padrões de competitividade bem como para melhorar a oferta educacional nesta modalidade de ensino. A LDB não faz referências, entretanto, ao investimento da escola pública direcionada ao ensino nessa modalidade, assim como, o discurso da qualificação profissional e da preparação básica para o trabalho esbarra no quadro de desemprego estrutural apresentado no país.

Este fato é um dos limites do discurso da reforma do ensino técnico, criando-se expectativas quanto à formação do trabalhador, o qual encontrará um mercado mais acirrado, discriminador e excludente. O discurso da qualificação profissional enaltece a capacidade e habilidade individual, faz disso, condição de empregabilidade. Omite, no entanto, as condições objetivas em que dá a inclusão no mercado de trabalho. Por outro lado, a proposta do governo ao investir no ensino fundamental, não garante a qualidade do ensino nem o acesso e permanência do aluno na escola, nem sua inserção no ensino médio e profissional. A oferta de cursos de redes separadas de ensino, além de promover o corte entre teoria e prática, entre formação geral e específica, acarreta exigências de carga horária que praticamente inviabilizam a frequência do aluno de baixo poder aquisitivo, quase sempre um aluno “trabalhador”.

No contexto de implementação de reforma da educação profissional, as instituições federais de educação tecnológica consolidaram-se como centros de referência para os sistemas estaduais, municipais e privados de educação profissional. A portaria 646 de 14 de maio de 1977 considera as instituições federais de educação tecnológica: as Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais, Escolas Técnicas das Universidades e Centros Federais de Educação Tecnológica.

As instituições federais de educação tecnológica formam atualmente uma rede de 138 escolas sendo:

- **41 Escolas Agrotécnicas Federais**, autarquias federais que atuam prioritariamente na área agropecuária, oferecendo habilitações de nível técnico além de diversos cursos de nível básico e do ensino médio.
- **03 Escolas Técnicas Federais**, autarquias federais com atuação diversificada nos setores de indústria e serviços oferecendo predominantemente habilitações de nível técnico além de cursos de nível básico e do ensino médio.
- **26 Centros Federais de Educação Tecnológica**, autarquias federais que ministram ensino superior, de graduação e pós-graduação, visando a formação de profissionais e especialistas na área tecnológica, oferecendo também cursos de nível básico, técnico e tecnológico e do ensino médio.
- **30 Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais**, escolas sem autonomia administrativa, financeira e orçamentária ligadas as Universidades Federais que oferecem cursos de nível técnicos voltados tanto para o setor agropecuário como para o de indústrias e serviços, além do ensino médio.
- **38 Unidades de Ensino Descentralizadas**, escolas que possuem sede própria, mas que mantêm dependência administrativa, pedagógica e financeira em relação à escola a qual está vinculada.

Estas instituições estão presentes em todas as regiões do país, sendo maior a concentração na região Nordeste com 35%, seguindo a região Sudeste com 28% destas instituições.

1.3 O ENSINO TÉCNICO EM ALAGOAS – O CEFET-AL

O ensino técnico em Alagoas foi criado através de decreto presidencial de 1909, e no ano seguinte, com a fundação da escola de aprendizes artífices, com o objetivo de ministrar o ensino primário profissional gratuito à população considerada à margem da sociedade.

Nesse período o país vivia uma crise econômica com alto índice de desemprego e uma grande migração da zona rural para urbana, em decorrência do processo de industrialização que se iniciava no país.

As escolas de aprendizes e artífices tiveram um papel social importante, por visar retirar das ruas crianças analfabetas e criadas na mendicância.

A implantação de Centro Federal de Educação Tecnológica em Alagoas resultado da reforma do ensino tecnológico, posto na LDB/96, apresentou como principais objetivos:

Valorizar e estimular uma política de desenvolvimento e de capacitação profissional com vistas à formação, qualificação, requalificação, reprofissionalização, nos mais diversos níveis e áreas de conhecimento, bem como, implementar a oferta de educação profissional e tecnológica

continuada; atuar prioritariamente na área tecnológica nos diversos setores da economia; integrar a educação profissional aos níveis e modalidades de ensino, trabalho, ciência e tecnologia, conjugando a teoria com a prática; ofertar ensino superior tecnológico diferenciado e formação especializada, em função da demanda dos setores produtivos e mercado de trabalho (Projeto de Implantação do CEFET- AL, 1998:73)

Atualmente está vinculada à Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC) do Ministério de Educação e Cultura, possui três unidades de ensino descentralizadas: em Palmeira dos Índios com dois cursos técnicos de nível médio, Edificações e Eletrotécnica; em Marechal Deodoro com os cursos técnicos de Turismo e Secretariado; em Xingó destinada a atender cursos de nível básico atingindo a parcela mais carente da comunidade, enquanto a unidade sede é localizada em Maceió, funcionando nos três turnos diários, os cursos médio, técnico e tecnológico.

Apresenta ainda em sua estrutura organizacional as seguintes diretorias: Diretoria Geral, Diretoria da Sede, Diretoria das Unidades, Diretoria de Ensino, Diretoria de Relações Empresariais e Diretoria de Administrativa e de Planejamento.

O CEFET-AL tem como missão: *“ministrar uma educação tecnológica de qualidade, estimulando a formação de cidadãos transformadores da história através do ensino, extensão e pesquisa e procurando interagir com a realidade do mundo do trabalho e o exercício da cidadania”*(CEFET-AL, 1999). Desta forma revela-se a necessidade de além da garantia de uma educação de qualidade precisam-se buscar mecanismos que possam reduzir as desigualdades sociais

permitindo de fato o exercício da cidadania articulando política de assistência ao processo educacional.

No ano de 1998 a diretoria de ensino do CEFET, organizou o planejamento estratégico pedagógico, reunindo todas as coordenadorias de ensino, visando-se elaborar metas de desenvolvimento para uma política de ensino que correspondesse as transformações ocorridas no aspecto sócio-cultural e econômico.

Deste encontro, foi elaborado o documento das Diretrizes para uma Política de Ensino para o CEFET-AL 1999-2002, tornando sua estrutura educacional submetida a uma nova legislação baseada em novos parâmetros educacionais.

De acordo com as diretrizes da política a educacional de ensino para o CEFET-AL,1999-2002, esta instituição de ensino representa ao longo de sua história um órgão de referência para região e vem desenvolvendo estudos para a reestruturação do seu processo de gestão com o objetivo de oferecer respostas condizentes com as demandas da sociedade (VALENTE, 1999:11).

O CEFET-AL mantém intercâmbio técnico-científico com outras unidades de ensino e, também com as empresas locais através de prestação de serviços de consultoria, de pesquisas, e outros, em busca do atendimento das demandas educacionais em sintonia com as tendências e avanços do mercado. Este fato vem consolidar a redefinição do papel da educação, hoje voltada prioritariamente para o contexto mercadológico.

Na sua unidade sede em Maceió o CEFET conta com 228 docentes e 174 técnico-administrativos. Quanto ao número de alunos, a tabela a seguir mostra a sua segundo as modalidades de ensino, no período de 1999 a 2001.

Tabela 1: Distribuição de alunos por modalidade de ensino

MODALIDADE DE ENSINO		Nº DE ALUNOS POR SÉRIE		
		1999	2000	2001
Médio	1ª série	558	499	240
	2ª série	308	523	500
	3ª série	_____	259	500
Técnico Regular		1565	958	560
Técnico	2ª série	_____	520	431
Concomitante	3ª série	_____	248	119 ⁵
Cursos tecnológicos		_____	_____	1310
Total		2431	3007	3760

Fonte: Relatório Final dos anos letivos do CEFET-AL 1999, 2000, 2001.

Vale ressaltar que o ensino médio foi implantado em 1999, enquanto o ensino concomitante iniciou no ano de 2000, sendo ofertado aos alunos do 2º e 3º anos médios, enquanto o ensino tecnológico iniciou com os seus primeiros cursos no ano de 2001, condizente com as reformas e orientações da LDB/96.

Observa-se uma redução da oferta de vagas do ensino técnico em proveito do tecnológico. Todavia, a demanda permanece crescente em todos os níveis de ensino.

A estrutura curricular da referida instituição é composta das seguintes grades curriculares: o ensino médio, o ensino técnico concomitante para alunos

⁵ Este dado vem constatar o número de trancamentos e desistentes ocorridos no curso concomitante conforme o quadro em anexo.

matriculados no ensino médio a partir da segunda série, no ensino técnico e no ensino tecnológico.

Esta unidade de ensino tem buscado parcerias e mantido convênios com várias empresas, procurando assegurar a comunidade externa às modalidades de ensino, segundo as determinações da LDB/96. Reconhecida na região como modelo de excelência no ensino tecnológico e profissional, o CEFET vem correspondendo aos ditames mercadológicos das reformas da educação nacional.

Vinculadas a estas diretorias estão as gerências de ensino gerência de apoio educacional e ensino, gerência jurídica, e as coordenadorias de ensino técnico e tecnológico.

O acesso dos alunos ao CEFET-AL dá-se através de exame de seleção os quais provém em sua maioria de famílias de baixo poder aquisitivo, de bairros da periferia com renda mensal até três salários mínimos (relatório de pesquisa socioeconômica do alunado do CEFET-AL, SS, 2002). A perda do poder aquisitivo da população brasileira e o alto índice de desemprego foram alguns dos motivos que levaram pais de alunos, que antes os colocavam em escolas particulares ditas de qualidade, a recorrerem ao ensino do CEFET que, além de ser uma escola pública federal oferece um ensino de excelência, formando efetivamente para o mercado de trabalho.

Após o ingresso na instituição, a maioria desses alunos se depara com dificuldades as mais diversas no espaço estudantil, que vão da aquisição do material escolar à refeição diária. Com a intensificação da carga horária devido à concomitância dos cursos médio e técnico, torna-se onerado o orçamento familiar quanto a transporte e alimentação dos referidos alunos.

No intuito de superarem os obstáculos que ameaçam a sua permanência na escola, os alunos buscam ajuda e orientação, ou mesmo alternativas ao abandono do curso, como desistência, trancamento de matrícula, enquanto lutam principalmente, contra o baixo rendimento escolar e a falta de condições materiais para o estudo.

A assistência ao estudante no CEFET-AL é objeto de atuação do Serviço Social que se propõe em propiciar ao aluno os meios necessários à sua permanência escolar, assim como proporcionar condições favoráveis para o seu desenvolvimento no processo ensino-aprendizagem.

Nos dois últimos anos é crescente o número de repetentes. Crescem, também, os casos de abandono dos cursos do nível técnico (INEP, 2001).

SOUZA (2001) em sua pesquisa realizada no CEFET identifica como causa da evasão escolar, além da necessidade econômica, às situações internas do espaço educacional como: adequação ao curso, relacionamento com professores e colegas, método de ensino tradicional. Em sua conclusão o autor alega que a escola ao propiciar os meios para exclusão dos seus alunos, também o exclui do processo produtivo. Esse pensamento é reforçado pela constatação, no Serviço Social do CEFET-AL.

No CEFET-AL, a taxa de aprovados é de 52% enquanto as desistências se elevam a 32% que se somam a 7,2% de trancamento de matrícula. A taxa de reprovação corresponde a 7,4%, conforme quadro em anexo. As dificuldades financeiras mostram-se associadas a esses resultados. Na situação atual, a concessão de bolsas de trabalho tem sido apontada como medida possível para o

enfrentamento da situação, mas além dos recursos escassos uma indagação maior se coloca quanto à assistência e sua efetividade.

Necessário se faz observar que além das desigualdades econômicas o espaço escolar apresenta-se contraditório e regido por diversidades culturais.

Diante destes fatos o setor de Serviço Social através da assistência ao estudante procura possibilitar ao aluno do CEFET os meios necessários a garantia de direitos e condições de igualdade e permanência no espaço estudantil, fazendo jus a um dos princípios da lei 9394 / 96 (inciso 1 do artigo 3).

O CEFET-AL inclui em sua política de apoio ao aluno o Serviço Social, a assistência médico-odontológica, o atendimento psico-pedagógico e o serviço de alimentação e nutrição escolar.

Atualmente, o Serviço Social apresenta em seu plano de ação, a caracterização socioeconômica dos alunos, para conhecer a sua realidade no sentido de subsidiar as políticas direcionadas aos mesmos; o Programa Bolsa de Trabalho, o qual objetiva proporcionar aos alunos meios para o custeio de sua vida escolar, bem como contribuir para o seu desenvolvimento social e educacional; treinamento de bolsistas, o qual visa propiciar condições de aperfeiçoamento dos mesmos para o desempenho de seu papel enquanto bolsista de trabalho; auxílio-alimentação; concessão de benefícios, tais como óculos de grau, contribuindo para o seu aproveitamento escolar, e atendimento à comunidade externa economicamente carente, possibilitando o seu ingresso no CEFET mediante a isenção de taxa de inscrição.

A seleção de alunos para os programas do Serviço Social se dá através das seguintes etapas: seleção através de entrevistas e o encaminhamento de

alunos de baixo poder aquisitivo ao serviço de alimentação e nutrição escolar; análise socioeconômica para concessão de óculos de grau; entrevista e análise socioeconômica para encaminhamento ao programa bolsa de trabalho; análise e seleção para auxílio-transporte direcionado a alunos os quais não se incluem nos critérios do programa Bolsa de Trabalho; seleção para isenção de taxas de inscrição para exame de seleção à comunidade externa e isenção de taxa de matrícula à comunidade escolar, de baixa renda; realização de pesquisa socioeconômica com os alunos ingressos no CEFET; encaminhamento de alunos, quando necessário, aos serviços de psicologia e pedagogia.

O programa Bolsa de Trabalho é um dos recursos da assistência ao estudante, que se constitui num mecanismo que induz a permanência do aluno na escola, através da ajuda financeira que o programa propicia, sendo também um suporte para que o aluno apresente um bom desempenho escolar, bem como um relacionamento favorável no ambiente estudantil.

O referido programa teve início na década de 1970, através do decreto 69927/72, o qual anunciava:

“considerando imprescindível a integração do estudante brasileiro no processo de desenvolvimento econômico-social do país; considerando a necessidade de dar organicidade aos diversos tipos de assistência outorgados pelo governo no plano geral, de amparo ao estudante; considerando que, por esse modo, se dá ênfase ao plano de valorização profissional do trabalhador brasileiro...”

Foi instituído assim o programa assistencial denominado Bolsa de Trabalho através do governo e demais órgãos federais, instituições de ensino, empresas e entidades que proporcionasse oportunidade de ensino.

Percebe-se então que este programa de assistência atendia a um vínculo entre educação e as necessidades da economia do país com a preocupação no entanto na formação da mão-de-obra omitindo-se das discussões sobre as condições de vida da população brasileira.

O funcionamento deste programa, coordenado pelo Serviço Social, era submetido aos recursos dos Ministérios de Educação e Cultura e Ministério do Trabalho e Previdência Social, cabendo à instituição de ensino o repasse da verba aos alunos contemplados, os quais eram destinados às Entidades filantrópicas, Empresas, desenvolvendo ainda trabalhos na então, Escola Técnica Federal de Alagoas. Os bolsistas de trabalho encaminhados às Empresas recebiam destas entidades 50% do valor da Bolsa, sendo o restante provido pelos referidos Ministérios.

A Bolsa de Trabalho do CEFET-AL é uma contribuição financeira mensal destinada pela instituição de ensino ao aluno de baixo poder aquisitivo, tendo como contrapartida a prestação de serviços pelo bolsista em setor técnico-administrativo da instituição, durante 20 horas semanais.

Cabe ao Serviço Social a gestão do programa, encarregando-se da seleção, acompanhamento e avaliação dos bolsistas. O Serviço Social coordena e executa o referido programa procurando assegurar condições de eficácia e efetividade, assim avaliadas a partir do desempenho do aluno e de seu desenvolvimento educacional no espaço do CEFET. Na sua trajetória o programa tem sido ratificado como um dos instrumentos viáveis e eficazes para a permanência do aluno na escola, apresentando-se como um direito do aluno.

CAPÍTULO 2

ASSISTÊNCIA SOCIAL AO ESTUDANTE

2.1 A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO DIREITO

A Assistência Social, historicamente, é entendida como uma prática de caráter emergencial, enquanto prática de combate à pobreza, associada a ações sociais compensatórias onde PEREIRA defende que os serviços assistenciais têm sido direcionados para suprir de maneira seletiva a *“ausência de requerimentos mínimos necessários para manter a vida ou a subsistência de pessoas submetidas a essa condição”* (1996:60).

A questão referente ao combate à pobreza é ponto de discussão entre os teóricos da Assistência, para alguns autores é um fenômeno complexo derivado de um modo determinado de relação social de produção, exigindo-se mudanças estruturais para a sua superação.

Sposati em sua defesa em relação à Assistência Social enquanto política setorial no campo da seguridade, a coloca como condução de avanço como política pública e de direitos, embora a sociedade de mercado mantenha um grande contingente de população excluída.

A autora entende que a Assistência Social deva ser “um lócus de inclusão” (2001: 61) propondo a provisão de mínimos sociais entendidos como padrões básicos de inclusão, que opere a superação de vulnerabilidades que possam fragilizar o cidadão em sua sobrevivência, existência e autonomia (2001:62), no entanto é relevante observar que no processo de implantação e implementação

da LOAS, ocorria o processo de globalização atingindo diretamente a expansão dos direitos sociais, através da reestruturação do trabalho e cortes nos gastos públicos.

De acordo com PEREIRA, a Assistência é *“propiciadora da concretização do princípio de universalização inerente às demais políticas, mediante a sua participação nos processos de extensão da cidadania e da inclusão nos segmentos excluídos no universo em aberto destas demais políticas”* (1996:54). Sabe-se, no entanto que as prioridades e as práticas no campo da Assistência estão condicionadas pela conjuntura socioeconômica e política e na reestruturação econômica do país.

A década de 1990 foi marcada por mudanças no mundo do trabalho que veio interferir nas relações entre Estado, sociedade e o mercado, e hoje se expressa no desmonte da cidadania e dos direitos sociais.

Neste período se consolidam as transformações na sociedade em âmbito mundial, como conseqüência de algumas crises que foram se estabelecendo após a Segunda Guerra Mundial, como a instabilidade financeira, a redução das taxas de incremento da produtividade, altas taxas de inflação, colocando-se em xeque o modelo de Estado de Bem-Estar Social, o qual defendia o trabalho e a integração da sociedade na produção fortalecendo os países capitalistas avançados, o que não aconteceu nos países do terceiro mundo.

Visando-se transpor a situação onde se reconhecia uma crise de ordem estrutural no mundo pós-guerra, foram traçados pelos capitalistas, novos objetivos com profundas mudanças nas relações sociais, através da introdução de novas tecnologias, e mudanças no aparelho institucional do Estado, colocando-se como ponto de partida a estabilidade monetária, à custa da contenção da intervenção

do Estado na economia, bem como a contenção dos gastos públicos, com incentivo à privatização e liberação da economia.

Com estas resoluções acatadas na maioria dos países, culminou na redução de programas sociais, onde *“as transformações em curso no Brasil, resultantes da implementação do Programa de Ajuste Estrutural e aprofundamento da internacionalização, apontam para a queda do trabalho industrial, provocando a desregulamentação das relações de trabalho, favorecendo a flexibilidade dos contratos”* (KAMEYAMA, 1999:13). Desenvolveu-se conseqüentemente uma desregulamentação econômica, num processo de precarização do trabalho, com o desmonte das leis trabalhistas, e aumento da taxa de desemprego.

A desregulamentação econômica se acentuou nos países periféricos, num processo de fragmentação social com o aumento da pobreza, da desigualdade e exclusão social. Tais conseqüências atingiram diretamente a classe trabalhadora, a qual se vê ameaçada com as perdas dos seus direitos conquistados.

Diante da atual conjuntura, vemos um quadro crescente de uma população excluída duplamente: pela própria condição de sua classe social e das políticas que deveriam se constituir em elementos de superação das desigualdades sociais e se encontrar numa fiel orientação dos ditames econômicos do grande capital financeiro como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O Estado criou as políticas compensatórias de inserção social, objetivando atenuar o índice de exclusão, sendo elemento de grandes discussões, não diminuindo, no entanto, as desigualdades sociais.

Desta forma, a assistência social vem sendo discutida não a partir de sua operacionalização, mas quanto as suas características, seus significados, suas

tendências, superando o caráter de ajuda ao “necessitado”, a partir do desvelamento das várias nuances por quais passam a assistência.

Na década de 1990, foi promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (lei nº8742 de 12 de 1993), resultado de lutas da sociedade civil, baseada na Constituição de 1988, que proclamou a assistência como um direito, compreendendo um *“conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e de sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à Assistência Social (CFB 1988, Cap II, art. 194)”*.

A Assistência a partir daí, passa a ser concretizada como direito social integrando política de seguridade social no sentido de preservar a cidadania brasileira, embora com algumas discussões em relação aos interesses advindos da própria contradição da sociedade.

A LOAS apontou um avanço para o país, na medida em que tornou a Assistência em política pública de atendimento às necessidades sociais mais amplas, e permitiu que fossem definidos os princípios e as diretrizes para a Assistência Social enquanto direito do cidadão e dever do Estado, e em suas diretrizes, aponta a universalização e garantia de direitos e acesso a serviços sociais.

A discussão sobre Assistência Social continua e, segundo RAICHELIS, não se trata de um fenômeno acabado, mas de um processo histórico construído por atores e organizações sociais, como parte de um processo mais amplo de luta pela afirmação e expansão de direitos bem como pela criação de novos direitos de inclusão social (1997:8). Na visão de SPOSATI, a Assistência Social atende àqueles a quem a sociedade reconhece como necessitados e desamparados, afastando-se da universalidade, utilizando como critério de demanda, o mérito ou

o valor da necessidade (1999:07), através do atendimento ao necessitado, destituindo-se o caráter da dimensão econômica e política da organização da sociedade.

Embora a Lei Orgânica da Assistência Social tenha trazido avanços para a sociedade no sentido de tornar pública a assistência, as orientações neoliberais de ajuste econômico levaram o governo federal, em nome do “enxugamento do Estado” a um distanciamento das políticas sociais. Este vem pautando as ações sociais em parceria com as organizações não-governamentais (ONGs), buscando apoio na sociedade civil e empresários, ressaltando a “política” de solidariedade para o enfrentamento das questões sociais o que caracteriza em estratégias de despolitização da sociedade, diluindo-se os interesses políticos e econômicos entre Estado e sociedade.

A Assistência Social atualmente é vista de um lado, deslocando-se para o campo do direito e de outro um movimento de práticas associativas e de organizações da sociedade civil, e empresários, os quais atribuem nova roupagem aos discursos passando a atuar como resposta à crise do Estado e na sua redução de ações na área social (RAICHELIS,1997:82). De um lado, o Estado fala a linguagem da solidariedade, e de outro, a sociedade falando a linguagem dos direitos. Este fato vem marcando as políticas sociais nos anos de 1990, onde o Estado no equacionamento das demandas sociais delega iniciativas na área social, às organizações sociais e sociedade civil.

No que se refere a estas propostas de parcerias implementadas pelo Estado, RAICHELIS alega que no contexto das “chamadas iniciativas civis” ocorre a emergência do terceiro setor, “privado, porém público”, definindo como *“expressão de um amplo movimento associativo em escala planetária que abarca*

um conjunto heterogêneo de Entidades sociais, organizações empresariais, ONGs dos mais variados tipos que vêm atuando no desenvolvimento de projetos sócio-educativos, na prestação de serviços sociais ou na assessoria à organização de defesa de direitos” (1998:70). Relaciona-se este fato ao processo de desregulamentação do papel do Estado, onde este, transfere responsabilidade às comunidades organizadas, e através de incentivos as ampliações de ações empresariais em parceria com o Estado na implementação de políticas sociais.

A Assistência Social reconhecida como direito a partir da Constituição/88 e regulamentada através da LOAS/93, tem assegurada a sua implementação e responsabilidade governamental perante o cidadão, diferenciando-se das práticas assistenciais, reconhecendo-se o cidadão portador de direitos.

De acordo com Pereira, a LOAS expressa todas as discussões que marcaram a Assistência Social, desde as “leis dos pobres” até os dias atuais (1998:70) tornando-se um espaço de defesa dos interesses dos segmentos dos mais necessitados da sociedade.

2.2 ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

Em sua trajetória, a Assistência ao estudante foi concebida como assistencialismo, baseada na filantropia; como “política de favor”, marcando uma relação de dependência entre o Estado beneficiário, não reconhecendo este sua condição de cidadão; para suprir as ausências de condições mínimas de subsistência à determinada população, tornando-se uma ação emergencial de combate à pobreza; ou como política compensatória, mecanismo do Estado de

“estabilização das relações sociais e como uma forma concreta de acesso a recursos, serviços e a um espaço de reconhecimento de seus direitos...” (YASBEK,1996:53).

No entanto, *“a Assistência é, pois, como as demais políticas do campo social, expressão de relações sociais que reproduzem os interesses em confronto na sociedade. Reproduzem, portanto, a exploração, a dominação e a resistência, num processo contraditório em que se acumulam riqueza e pobreza”*.(ibidem).

A Assistência ao Estudante tornou-se reconhecida pelo Estado, na Constituição de 1934, sendo assim, extensiva a todos os níveis de ensino a partir dos anos de 1940, com o *“propósito de assegurar aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar”* (CF/1946/art.172). Até então, a Assistência ao Estudante que era reconhecida como uma ajuda aos necessitados, foi contemplada na LDB de 1961 (lei 4624/61), como direito à educação pela primeira vez, adquirindo assim o princípio da igualdade escolar, reduzindo sua prática no final da década de 1960, não se priorizando a classe estudantil devido às diferenças ideológicas e à prática repressiva da época.

Contraditoriamente, foram instituídos em pleno regime ditatorial *“diversos tipos de assistência, outorgados pelo governo, de amparo ao estudante”* (dec. 69.927/1972). Deve-se reconhecer, no entanto, que tal iniciativa visava a integração do aluno no processo socioeconômico em que vivia o país, colocando-se a educação como suporte à concepção pragmática e tecnicista que alicerçava a reforma educacional da época, bem como estabelecia o vínculo entre educação e mercado de trabalho.

Na década de 1970, no mesmo sistema de governo, foi criado o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE) órgão vinculado do Ministério

da Educação e cultura (MEC). Através deste órgão foram implantados alguns projetos de assistência ao estudante. Entre eles estavam incluídos os programas de Bolsas, assim definidos: 1) Programa Bolsas de Trabalho através do decreto 69927/72, em que no art. 2º constava *“que caberia ao Programa Bolsa de Trabalho proporcionar a estudantes de todos os níveis de ensino oportunidade de exercício profissional em órgãos ou Entidades públicas ou particulares, nos quais poderiam incorporar hábitos de estudo e ação nas diferentes especialidades”* (MEC/MTPS)-1972), e 2) o Programa Bolsas de Estudo, onde o aluno receberia uma verba para sua manutenção, sem encaminhamento a algum tipo de atividade.

O Programa Bolsas de Trabalho tinha como objetivo, levar aos alunos carentes de recursos, possibilidades materiais para a conclusão de seus estudos com oportunidade de complementação educacional e exercício profissional. Estes alunos eram encaminhados às Empresas, Entidades filantrópicas ou desenvolviam atividades na própria instituição de ensino.

Este programa viria confirmar as orientações da LDB de 1971, a qual estabelecia a educação profissional como obrigatória às instituições de ensino públicas e particulares, direcionando-se a educação para o trabalho favorecendo ainda, às Empresas mão-de-obra barata, destituída da formação geral marcando-se a dualidade do ensino e seu caráter excludente.

O governo Federal firmou convênio em 1978, através do Departamento de Apoio ao Estudante para execução do Pró – Técnico, programa que consistia em oferecer aos filhos dos trabalhadores sindicalizados e dependentes, que cursavam a 8ª série do 1º grau, ou concluintes, oportunidade de intensificar seus estudos através de um curso preparatório, gratuito, visando-se proporcionar um

embasamento para concorrer em igualdade com os demais candidatos ao ingresso nos cursos técnicos da antiga ETFAL.

Constatamos assim a estratégia política do governo em procurar amenizar os conflitos e mobilizações as quais estavam disseminadas através da sociedade civil, neste período em que expirava o regime ditatorial.

O Ministério da Educação e Cultura, através da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) realizou uma avaliação de desempenho do programa Bolsa de Trabalho, direcionado ao segundo grau, com o depoimento de quarenta instituições, entre escolas técnicas federais, secretarias de Estado, instituições particulares, prefeituras e fundações. Das instituições avaliadas, 50% considerou o programa como um mecanismo indutor da permanência do aluno na escola, *“em vista da ajuda financeira que o programa oportuniza”* (Relatório de Avaliação, MEC, 1985).

Na análise destes relatórios são constatados, ainda, pelas instituições, que apesar do constante atraso dos recursos destinados ao programa, e do reconhecimento da utilização da mão-de-obra barata, a Bolsa de Trabalho é de suma importância para o aluno, pois além de ser um suporte para o desempenho escolar, constitui-se numa oportunidade de iniciação à prática profissional desde que vinculada ao processo pedagógico, além de contribuir para o exercício da cidadania (Ibidem).

No final dos anos 1980, com o objetivo de reafirmar a validade dos programas Bolsas de Trabalho e Bolsas de Estudo bem como de discutir os problemas comuns e propor alternativas de mudanças foi realizado em Goiás o I Encontro Sobre Bolsas nas Escolas Técnicas Federais de Ensino. O encontro ratificou a necessidade da permanência destes programas, visto que favorecia a

permanência do aluno de baixa renda na escola, evitando a evasão e a repetência, além de contribuir de forma favorável ao desempenho profissional e ao exercício da cidadania.

Apesar dos esforços dos técnicos das instituições em manterem estes programas em benefício do aluno, eles foram extintos no início do Governo Collor, permanecendo alguns CEFETs com a responsabilidade da execução e da alocação dos recursos.

A reestruturação das políticas públicas que já vinha se desenvolvendo no país, resultou em cortes nos gastos públicos atingindo diretamente as políticas sociais. Ao mesmo tempo em que emerge da sociedade uma crescente pauperização da população no meio estudantil, observamos uma redução nos recursos destinados ao prosseguimento de programas, com prejuízos para os objetivos da própria Unidade de Ensino, que passa a ter índices mais elevados de evasão, de trancamento de matrículas ou reprovação.

Apesar do reflexo dos desmontes das políticas públicas na área da educação e da redução dos recursos, a assistência estudantil é contemplada na LDB/96, quando no seu artigo 3º reza que o ensino deverá ser ministrado com base entre outros princípios, no de “*igualdade de condições para o acesso e permanência na escola...*” (p.2). Este é um dos dispositivos que, segundo o FONAPRACE ⁶, vem amparar a referida política, assumindo um posicionamento favorável na efetivação da assistência ao estudante como um direito.

⁶ FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-Reitores Para Assuntos Comunitários e Estudantis) é um órgão assessor da associação nacional dos dirigentes das instituições de ensino superior criado em 1987 e tem como finalidade “promover a integração regional e nacional das IES públicas (nas quais se incluem as escolas de ensino tecnológico) visando fortalecer as políticas de apoio ao estudante, no intuito de garantir aos alunos, as condições de permanência para a superação dos compromissos acadêmicos” (1999:3).

Em reunião realizada em junho de 2000, em Teresina, o FONAPRACE avaliou os serviços de assistência estudantil e fez referência a desestruturação das políticas sociais que têm levado ao sucateamento dos programas assistenciais no âmbito educacional, chamando a atenção para os rebatimentos no ensino, na medida em que inviabiliza o processo democrático do acesso e permanência do aluno de baixo poder aquisitivo no CEFET ou na Universidade. Ressalta ainda o referido Fórum, a importância da assistência estudantil como direito e espaço político de cidadania, cabendo às instituições públicas incluí-la no processo de gestão acadêmica.

Como salienta ALMEIDA (2000), as mudanças na esfera da produção e da cultura vêm exigindo ações mais articuladas na garantia das condições necessárias à expansão do capital. Nesse contexto, a política desenvolvida pelo MEC, nos últimos anos, tem se voltado para o empreendimento de reformas que se tornem funcionais ao processo de ajuste fiscal proposto pela nova ordem econômica mundial. No seu ponto de vista, essa estratégia se torna mais evidente a partir de 1996, com a lei que instituiu o Plano Nacional de Educação do Governo, inspirado evidentemente em estratégia de reforma pelo alto.

O embate que desde então ocorre no campo educacional culmina com a aprovação em janeiro de 2001 da proposta liberal-cooperativa, que reservou pouco espaço à realização da assistência ao estudante de baixo poder aquisitivo. Vale ressaltar, no entanto o caráter contraditório das políticas sociais que, na dependência da correlação de forças, permitem espaços que possibilitam a luta pela assistência ao estudante.

Explicação concreta dessa contradição está na proposta do FONAPRACE que, entre outras diretrizes estabelece que a Assistência ao Estudante é orgânica

à política de educação reconhecendo que as ações assistenciais podem contribuir para que ocorram mudanças buscando-se os direitos sociais do aluno. A democratização da permanência no ensino superior implica manutenção e expansão dos programas de assistência, segundo o FONARACE (2000:5).

Apesar do reconhecimento da Assistência como um componente do processo ensino-aprendizagem ela não figura na avaliação do rendimento acadêmico, de um modo a isolar sua influência nas variações observadas. Se de um lado, Assistência é encarada como direito da cidadania (FONAPRACE, 2001) cujas ações devem articular-se ao processo educativo, por outro, a prestação dessa Assistência ao Estudante é perpassada por outras contradições e ambigüidades. Ou ainda, quando a Assistência se volta para as necessidades imediatas do aluno ou assume o caráter de “auxílio permanente” sem o equacionamento das questões que afetam o desempenho acadêmico do aluno e possíveis encaminhamentos para sua solução.

Consideramos nesse estudo a Assistência ao Estudante uma política que implica em estratégia de inclusão social bem como, vem subsidiar a democratização do acesso e a permanência do aluno de classes sociais distintas no espaço estudantil sendo ainda, um instrumento de garantia dos direitos de cidadania.

Entendemos então que esta política vai delinear os instrumentos e mecanismos necessários à inserção no espaço acadêmico e social do aluno, bem como, assegurar os meios para o seu desempenho escolar, evitando-se a evasão por dificuldades socioeconômicas, favorecendo também os objetivos da instituição de ensino na medida em que proporciona a oportunidade de participar do processo sócio-educacional no espaço escolar.

É importante considerar que o conhecimento é uma produção coletiva dos homens, mas o processo de produção do saber é social e historicamente determinado, onde a classe trabalhadora é vista sem o acesso aos instrumentos teórico-metodológicos. GRAMSCI (1984), na sua contribuição à educação, não tem como preocupação central à escola e sua função específica, o autor parte dentre outros princípios, na defesa de uma escola que desenvolva as capacidades de pensar, estudar e dirigir, propondo antes da formação profissional, uma formação cultural.

A escola enquanto instituição é um aparelho ideológico do Estado, e de hegemonia, estando compreendida como formação da vontade coletiva, por outro lado, GRAMSCI revela o caráter contraditório da hegemonia, afirmando que, quanto mais a classe for hegemônica, mais deixa às classes adversárias a possibilidade de se organizarem e se constituírem em força política autônoma, como consequência, possibilitar a elaboração de uma contra hegemonia, permitindo à classe trabalhadora libertar-se do caráter explorador do capital.

O conceito de hegemonia, um dos princípios fundamentais de GRAMSCI, passa pelo Estado e é incorporado a partir da luta de classe, mediante a unificação das diversas camadas sociais de um bloco histórico em torno de uma classe dirigente.

Para que a classe trabalhadora supere a dominação da classe dominante, necessário se faz esta superação pela via da consciência na construção de nova hegemonia, a partir de condições concretas, de modificações estruturais.

No atual sistema, fundado na manutenção e agravamento da desigualdade é preciso que as lutas nas diferentes esferas das políticas sociais sejam direcionadas no sentido de quebrar essa hegemonia neoliberal que vem

desregulamentando os direitos sociais. Assim, garantir a educação como direito, e garantir os meios para tal, significa, portanto, uma pluralidade de direitos que são inseparáveis das demais políticas sociais, entre elas, a Assistência Social, para que sejam de fato construídos sujeitos sociais.

Neste sentido, a formulação da atual política educacional, se voltada para o real exercício da cidadania, deverá ser posta ao direcionamento dos interesses da classe trabalhadora. Faz-se necessário, no entanto, construirmos mediações através da Assistência, capazes de apoiar o processo emancipatório do aluno e criar mecanismos que assegurem o direito à educação.

2.3 O PROGRAMA BOLSA DE TRABALHO

O Programa Bolsa de Trabalho, a partir de sua implantação através do governo federal, constituiu-se no primeiro instrumento de acesso e permanência do aluno de baixa renda no espaço estudantil, embora não se possa desconsiderar o contexto sócio-político da década de 1970, em que os programas sociais cumpriam um determinado objetivo, que não era a função social da educação, mas atender às necessidades econômicas e exigências do mercado, enquanto o país vivia sob um regime autoritário e burocrático.

A Assistência ao Estudante deve se constituir num instrumento que possibilite a garantia de inclusão em todos os segmentos da sociedade, assim como na educação. No CEFET-AL, o Programa Bolsa de Trabalho, elemento deste estudo torna-se importante para a inserção do aluno de baixo poder aquisitivo no seu processo sócio-educacional, sendo necessário detectar de que

forma está se consolidando para o aluno incluído neste programa, o exercício da cidadania e contribuindo para a concretização de direitos.

Segundo Pereira, “*concretizar direitos sociais significa prestar à população, como dever do Estado, um conjunto de benefícios e serviços que lhe é devido, em resposta as suas necessidades*” (2000:187). Desta forma, é dever profissional e institucional estabelecer mecanismos que possam contribuir na garantia de direitos e no exercício pleno de cidadania.

No CEFET, o Programa Bolsa de Trabalho tem como objetivo, propiciar ao aluno, meios para o custeio de sua vida escolar, bem como, contribuir para o seu desenvolvimento social e educacional. O processo de seleção dos bolsistas dá-se através da inscrição com entrevistas, sendo avaliados de acordo com a situação socioeconômica da família, sendo este, o principal critério de seleção, embora no encaminhamento para alguns setores específicos, os responsáveis pelos setores solicitam que sejam associadas algumas habilidades técnicas ao aluno.

Os Bolsistas são avaliados pelas suas chefias, através de critérios como assiduidade, responsabilidade e desempenho escolar, sendo excluídos do programa aqueles bolsistas que apresentarem repetência, haja vista ser um dos principais objetivos dar condições para o seu desenvolvimento social e educacional do aluno.

O bolsista, embora tendo como carga horária de trabalho no programa, 20 horas semanais, esta pode ser flexível, caso necessite estudar na semana de avaliação escolar. Sabemos, no entanto, que alguns servidores vêem este direito como prejudicial ao setor devido à escassez de pessoal nos diversos setores dos órgãos públicos.

Com o processo de desmonte das políticas e de corte nos gastos públicos, voltaram-se as discussões quanto à relação entre bolsistas e a instituição no que se refere ao entendimento de alguns servidores sobre a utilização de mão-de-obra barata, substituindo a ausência do profissional, decorrente dos cortes financeiros e minimização do Estado, fato que apesar de se tratar de órgão público sem fins lucrativos, contribui para a produção de mais valia, em nome do desenvolvimento do estudante e de uma maior responsabilidade do mesmo.

A Assistência está relacionada ao binômio capital e trabalho e, segundo YASBEK (1996), *“a assistência enquanto estratégia reguladora das condições de reprodução social dos subalternos é campo concreto de acesso a bens e serviços e expressa por seu caráter contraditório interesses divergentes, podendo constituir-se em espaço de reiteração de subalternidade de seus usuários ou avançar na construção de sua cidadania social”*.

Com base nesta afirmação e considerando o posicionamento de SCHONS (1999) a qual define a Assistência Social como mediação para garantia dos direitos e da cidadania no contexto atual consideramos aqui a Assistência como mediadora do acesso a bens e serviços e acesso à participação social tornando seus usuários sujeitos autônomos incluídos na sociedade.

Na referida pesquisa colocamos as seguintes questões: como o programa Bolsa de Trabalho serve à permanência do aluno na escola e a seu desempenho escolar? Nesse contexto mercadológico, qual o significado desse programa para o aluno de baixa renda? Como se dá a operacionalização da política de assistência ao estudante no CEFET? Que significado assume essa assistência para o aluno, em favor de sua qualificação profissional? Não vislumbramos

responder todas as questões postas, mas algumas reflexões são necessárias para um melhor entendimento desse estudo.

Assistência e Educação são políticas sociais que se perpassam e ambas implicam em formar cidadãos capazes de construir sua própria história individual e coletiva, no espaço contraditório da sociedade.

CAPÍTULO 3

O SIGNIFICADO DA BOLSA DE TRABALHO PARA O ESTUDANTE DO CEFET-AL

Sabemos que as condições estruturais de um sistema que é traçado pela lógica capitalista se tornam condição básica para determinar as desigualdades sociais refletidas em todos os segmentos da sociedade, inclusive o espaço educacional. Desta forma, entendemos que o processo acadêmico dos alunos que não possuem condições, sobretudo financeiras, para auto-manutenção nos seus cursos, é um dos pontos fundamentais que merece atenção especial dessa relação complexa que permeia as classes subalternas da sociedade.

Neste sentido, a política de Assistência ao Estudante no CEFET-AL, através do Programa Bolsa de Trabalho, apresenta-se como estratégia de garantir a qualidade de oportunidades aos alunos de baixa renda, proporcionando-lhes a sua permanência na instituição e assegurando-lhes os meios ao pleno desenvolvimento acadêmico (ROCHA, 1999:88)

Com base nesta argumentação, focalizaremos neste capítulo, o significado da Bolsa de Trabalho, e de que forma este programa é apropriado pelo aluno bolsista e em complemento, como a bolsa de trabalho serve à permanência do aluno na escola, a seu desempenho escolar e a sua inclusão no contexto do processo educativo.

Assim, buscamos analisar e interpretar não só o perfil do bolsista de trabalho do CEFET-AL, mas relacioná-lo ao contexto socioeconômico em que vive a população pesquisada.

Procuramos ainda neste estudo, analisar o significado que assume o Programa Bolsa de trabalho para o aluno de baixo poder aquisitivo do CEFET-AL em relação à sua formação profissional. Desta forma, buscamos analisar como os bolsistas de trabalho estão situados no programa e o que a bolsa de trabalho representa para sua vida sócio educacional dentro e fora da escola.

No movimento de coleta e análise das informações, fizemos uso de pesquisa documental, tendo como fonte de dados o regimento do Programa Bolsa de Trabalho, relatórios do CEFET-AL, boletins informativos, cadastro de bolsistas no setor de Serviço Social, estudos e pesquisas disponíveis sobre assistência ao estudante e, em especial, sobre o programa em questão.

Seguiu-se o trabalho de campo mediante aplicação de questionários e realização de entrevistas.

Os questionários foram estruturados em dois blocos:

- a) Dados pessoais e condição sócio-familiar;
- b) Atividades acadêmicas e desempenho do aluno como bolsista de trabalho (Anexo I).

Com esse procedimento, elaboramos a caracterização do bolsista de trabalho do CEFET-AL, compreendendo um universo de 115 alunos.

Para aprofundamento do estudo, realizamos entrevistas semi-estruturadas com 8 bolsistas, dos diversos cursos

3.1 O BOLSISTA DE TRABALHO DO CEFET-AL

No Programa Bolsa de Trabalho em 2002, os dados apontaram que 64,36% dos alunos procede do curso médio, modalidade de ensino que se iniciou em 1999, após a reforma do ensino tecnológico. Com essa reforma, os alunos que optaram pelo ensino médio junto com o técnico, passaram a freqüentar a escola em horário integral. Isso gerou para eles uma indisponibilidade de horário para a complementação da renda e aumento dos encargos financeiros, o que motivou a procura da Bolsa nestes alunos.

Entre as justificativas apresentadas por ocasião da solicitação da bolsa, sobressaem-se as dificuldades financeiras (40,9%), que podem ser somadas à alegação da necessidade de ajudar os pais (29,6%)

Tabela 2. Distribuição de bolsistas segundo motivo para solicitação da Bolsa de Trabalho.

MOTIVO	BOLSISTAS	%
Dificuldades financeiras	47	40,9
Ajudar os pais nas despesas escolares	34	29,6
Oportunidade de se desenvolver através do trabalho no CEFET-AL	10	10,4
Mais de um dos motivos citados anteriormente	23	18,2
Não responderam	1	0,9
Total	115	100,0

Como os bolsistas foram submetidos a uma seleção anterior, segundo critérios socioeconômicos, os dados mostram-se bastante homogêneos. É bom salientar, no entanto, que (10,4%) do total se referem à Bolsa como uma “oportunidade de se desenvolver”, admitindo a possibilidade de crescer socialmente através da aproximação com os diversos setores do CEFET-AL.

Tabela 3. Distribuição dos bolsistas por série e modalidades de ensino.

CURSO	SÉRIE	TOTAL %
MÉDIO	1 ^a	12,4
	2 ^a	16,2
	3 ^a	35,7
TÉCNICO REGULAR	-	27,0
CONCOMITANTE	-	8,7
TOTAL	-	100,0

A maior parte dos alunos do programa ingressou no CEFET em 2000, o que representa 35,7% dos alunos que cursam o terceiro ano médio. Alguns destes alunos desistiram do técnico concomitante em favor da Bolsa de Trabalho, optando pela atividade remunerada, para se manter na escola.

A tabela 4 apresenta a distribuição dos bolsistas segundo idade e sexo:

TABELA 4- Distribuição dos Bolsistas segundo Idade e Sexo

IDADE	S E X O		TOTAL
	MASCULINO	FEMININO	
Até 15 anos	1,7%	0,9%	2,6%
16 a 18 anos	24,3%	24,3%	48,6%
19 a 21 anos	20,9%	14,8%	35,7%
Maior de 21 anos	5,2%	7,0%	12,2%
Não Respondeu	0,9%	0,0%	0,9%
TOTAL	53,0%	47,0%	100,0%

Analisando a média de idade dos bolsistas, observamos que 84,3% se encontram na faixa de 16 a 21 anos, sendo que 48,6% com menos de 18 anos. Quanto à distribuição dos bolsistas por sexo, 53 % pertencem ao sexo masculino e 47 % ao sexo feminino.

A população-alvo é predominantemente de solteiros, totalizando 97,4 %. Muitos desses bolsistas, no entanto, são arrimo de família, ou mesmo seu único provedor. Do universo investigado, 71,3% são procedentes da capital. Os demais residem no interior, sendo 23,5%. Estes dependem do transporte da prefeitura dos municípios onde residem para a locomoção entre a sua residência e a escola. Saliente-se a luta desses alunos pelo acesso à escola, que se revela também como uma luta pelo rompimento de um processo de demarcação social da

população menos favorecida, que enfrenta o acesso restrito aos meios necessários para sua formação profissional.

Tabela 5 Distribuição dos Bolsistas por estado civil.

ESTADO CIVIL	BOLSISTAS	%
Solteiro	112	97,4
Casado	3	2,6
Total	115	100,0

Quando o aluno mora no interior, o medo de perder a bolsa é mais preocupante, pois significa deixar de estudar na capital, ou encerrar pelo menos temporariamente seus estudos, pois alguns municípios ainda não oferecem o ensino médio em escola pública, muito menos um curso técnico com referências do CEFET-AL.

Entre os residentes na capital, verifica-se a concentração da moradia em áreas periféricas, onde se encontram conjuntos residenciais populares, afastados do centro da cidade.

Quanto à composição da família dos bolsistas, predomina a familiar nuclear, constituída de três a quatro pessoas, (47,8%), de 5 a 6 (28,7%), sendo pouco significativo o percentual de mais de 7 pessoas. Os dados estão expressos na tabela a seguir:

Tabela 6. Distribuição dos bolsistas segundo o número de pessoas com quem reside.

Número de pessoas na casa	Bolsistas	%
Uma a duas pessoas	15	13,0
Três a quatro pessoas	55	47,8
Cinco a seis pessoas	33	28,7
Sete pessoas ou mais	12	10,4
Total	115	100,0

Quanto ao grau de escolaridade dos pais da população pesquisada, predomina entre os homens, em 23,5 % que já fizeram o ensino médio completo, enquanto que entre as genitoras, 34,8 %, não terminaram o ensino fundamental.

Tabela 7- Distribuição dos alunos segundo o nível de instrução dos pais

NÍVEL DE INSTRUÇÃO	PAI	MÃE
Analfabeto	1,7%	2,6%
Alfabetizado	7,8%	8,7%
Fundamental completo	9,6%	10,4%
Fundamental incompleto	22,6%	34,8%
Médio completo	23,5%	26,1%
Médio incompleto	3,5%	6,1%
Superior completo	7,8%	4,3%
Superior incompleto	0,9%	2,6%
Total (1)	77,9%	95,6%

(1) Excluem os que não sabem/não responderam.

Dentre os tipos de ocupação expressos na tabela 8, observa-se que grande parte delas, requer apenas o nível básico de instrução, correspondendo ao ensino fundamental ou ensino médio, totalizando o percentual de 70,3 % das mães.

Os dados referentes às ocupações dos pais revelam a situação de subemprego caracterizada pelo salário e pelas próprias ocupações, o que leva o adolescente a buscar alternativa de complementação de renda familiar, necessidade imposta pelas relações de produção da sociedade, à classe menos favorecida.

Tabela 8. Distribuição dos alunos segundo a ocupação da mãe.

TIPO DE OCUPAÇÃO	%
Dona-de-casa	44,3
Empregada Doméstica/Serviços Gerais	12,2
Técnico-auxiliar/serviços de manutenção	7,7
Vendedora/Ambulante/Manicure/Pequena Comerciante	7,8
Professor/servidor público	6,9
Secretária/Aeroviária/Auxiliar de Produção	2,5
Outros	18,6
Total	100,0

Entre as mães, a maior parte das ocupações consiste de atividades consideradas informais, as quais requerem pouca instrução. Notemos também que menos de 10% é de professoras ou servidoras públicas, ocupações que requerem um nível de instrução maior.

44,3 % estão na categoria de dona-de-casa. Entre as que constituem a categoria *outros*, 7,8 % são aposentadas ou pensionistas.

A próxima tabela expressa os dados relativos à ocupação dos pais dos Bolsistas de Trabalho.

Tabela 9- Distribuição dos bolsistas segundo a ocupação do pai.

OCUPAÇÃO	PAI
Ambulante/ pequeno comerciante/ autônomo/ Eletrotécnico/	25,7%
Pedreiro/ servente/ carpinteiro/ eletricista/ vigilante	20,4%
Servidor público	12,2%
Motorista	7,0%
Auxiliar administrativo/gerente/comerciário	4,3%
Professor e outras de nível superior	2,6%
Agricultor	0,9%
Outros	11,2%
Não sabe/ Não respondeu	15,7%
Total	100,0%

Este dado apresenta uma relação significativa com o resultado dos dados referentes à escolaridade dos pais, os quais apresentam que entre os genitores, embora a maior parte esteja no nível médio de escolaridade, correspondendo a 23,5%, a maior parte dos pais exercem ocupações consideradas informais tais como autônomos, ambulantes, e outros, correspondendo a 25,7%, o que vem a refletir as condições de precarização do trabalho.

A família destes bolsistas sobrevive a uma renda de um a dois salários mínimos (73,9%), onde apenas uma pessoa trabalha; desta forma, um percentual de 3,5 % dos bolsistas trabalha além do horário da Bolsa de Trabalho, no intuito de amenizar as dificuldades financeiras da família.

Tabela 10. Distribuição dos bolsistas segundo a renda familiar.

RENDA	BOLSISTAS	%
De um a dois salários mínimos	85	73,9
De três a quatro salários mínimos	16	13,9
De cinco a seis salários mínimos	6	5,2
Menos de um salário mínimo	2	1,7
Mais de sete salários mínimos	1	0,9
Não respondeu	5	4,3
Total	115	100,0

Aqui percebemos a extrema diferença que se constitui nas famílias pertencentes à classe trabalhadora, fundada na apropriação da riqueza socialmente gerada de forma extremamente diferenciada (YASBEK, 2001: 33). Estes alunos, ao mesmo tempo em que dedicam parte do seu tempo a uma atividade remunerada, esforçam-se para não perderem a bolsa de trabalho, pois é condição principal para sua continuidade ao processo educacional.

Observamos que na busca constante por alternativas de ajudar financeiramente à família alguns bolsistas dedicam-se a outras atividades que permitam assegurar os recursos necessários de sobrevivência intercalando as

atividades acadêmicas com atividades informais para assegurar “uma renda mínima” na garantia, sobretudo, de suas necessidades básicas.

Dos bolsistas pesquisados, 7,0 % trabalham, a maioria nos finais de semana (3,5 %), ajudando nos mercadinhos, ou “pegando frete” nas feiras. Outros 1,7 % complementam suas rendas com aulas particulares. É através da análise da renda familiar que se define o acesso a bens e serviço da população inserida numa sociedade capitalista.

A dificuldade financeira e a condição social podem levar a problemas de ordens diversas como alto índice de reprovação, trancamento de matrícula, desistência do curso, bem como dificuldade nas relações entre colegas e professores.

Entendemos que a bolsa de trabalho se constitui em um instrumento de mediação para que o aluno tenha condições de ser inserido no patamar de uma nova formação técnico profissional, embora reconhecemos o limite da operacionalização do programa haja vista não poder desvinculá-lo do processo de desestruturação das políticas sociais e da ineficiência dos padrões de proteção social.

Tabela 11. Distribuição de alunos por número de reprovações no histórico escolar.

	BOLSISTAS	%
Não	88	76,6
Sim	25	21,7
Não respondeu	2	1,7
Total	115	100,0

Analisando a tabela acima, constatamos que 21,7% dos bolsistas foram reprovados antes de serem incluídos no Programa.

Devemos esclarecer que durante o período em que estes alunos estão no Programa Bolsa de Trabalho, os mesmos não podem ter reprovação, tendo como consequência o afastamento do referido programa.

No âmbito do Serviço Social, este critério é considerado como uma forma do aluno tomar consciência da relação que existe entre bolsa de trabalho e desenvolvimento educacional, pois muitos deles, buscando aceitação para continuidade no programa, passam a se dedicar mais aos setores de trabalho do que às suas atividades escolares. Isto reflete a necessidade destes alunos de obter uma forma de suprirem os obstáculos financeiros para dar continuidade aos seus estudos, ao mesmo tempo em que participam de uma forma contributiva no orçamento da sua família.

Lembramos ainda que o critério de não ter reprovação no histórico escolar não é condição necessária para ter o acesso ao programa. Isso significa que os alunos carentes, mesmo com reprovação anterior à sua inscrição no programa, podem se candidatar à referida bolsa.

Tabela 12. Distribuição dos alunos segundo o tipo de escola de origem.

TIPO DE ESCOLA	Nº DE BOLSISTAS	%
Totalmente pública	53	46,1
Totalmente particular	15	13,0
Totalmente cenevistas	7	6,1
Dois dos tipos acima	24	20,8
Todos os tipos acima	11	11,4
Não respondeu	5	4,3
Total	115	100,0

Constatamos na tabela acima que o maior percentual (46,1%) dos alunos bolsistas são oriundos de escolas públicas, refletindo assim as condições socioeconômicas.

Apesar do processo de seleção para o ingresso no CEFET-AL ser considerado democrático, os alunos provenientes de escolas públicas mostram o seu desempenho através da aprovação, alunos estes que estão incluídos nas camadas mais carentes financeiramente da população, pois é evidente a desigualdade na qualidade da educação, tendo em vista as questões referentes à deficiência de recursos materiais e humanos e à própria desestruturação das políticas públicas.

Podemos constatar ainda que esta população está inserida em um quadro injusto e desigual, *“tanto no campo das oportunidades de acesso a níveis cada vez mais complexos de ensino quanto no da qualidade da oferta dos serviços*

educacionais existentes” (ALMEIDA, 2000: 72), assim como estão inseridos numa composição familiar em que as ocupações são pouco qualificadas e de baixa renda, o que justifica a procura destes alunos por algum meio que possa complementar a renda familiar sem subtrair-lhe o acesso à educação.

3.2 O SIGNIFICADO DA BOLSA DE TRABALHO.

No intuito de avançarmos no estudo sobre o significado da Bolsa de Trabalho para o aluno bolsista do CEFET-AL, buscamos entender primeiramente quem é o aluno bolsista de trabalho a partir de seu perfil e de sua caracterização socioeconômica. Através da análise da pesquisa quantitativa, selecionamos uma amostra intencional para a realização das entrevistas com os bolsistas de trabalho.

Para a escolha dos sujeitos obedecemos aos seguintes critérios: participação no Programa Bolsa de Trabalho há mais de um ano; alunos de diferentes modalidades de ensino e com faixa etária acima dos 18 anos de idade, acreditando que estes critérios nos permitem elementos mais substanciais, no que se refere à experiência no programa Bolsa de Trabalho, suas expectativas e verbalização a respeito da inclusão no referido programa.

Entrevistamos então uma amostra composta por oito sujeitos de acordo com o perfil do bolsista assim constituída: quatro alunos do curso técnico regular,

de estradas, edificações, eletrônica e refrigeração; três alunos do curso médio e um aluno do curso concomitante.

No nosso entendimento este instrumento de pesquisa permitirá uma melhor compreensão dos significados expressos pelos sujeitos, onde focalizaremos o significado do Programa Bolsa de Trabalho para o aluno, a contribuição da bolsa para a melhoria do desempenho escolar, condições de mobilidade e sociabilidade, e sua inserção social dentro e fora do CEFET-AL.

Estes aspectos apresentados nos remetem ao nosso interesse em saber se a /bolsa de trabalho contribui para a luta contra a situação socioeconômica vigente do aluno, se a Bolsa de Trabalho contribui para um melhor desempenho socioeducacional e que relações o bolsista estabelece diante da realidade na qual está incluído.

De acordo com MINAYO (1998:102), a amostra de pesquisa na abordagem qualitativa, a preocupação maior é com o aprofundamento e abrangência da compreensão do objeto em estudo. Alega ainda a autora, que a amostragem qualitativa possibilita: privilegiar os sujeitos sociais que detém atributos que o investigador pretende conhecer; considera-os em número suficiente para permitir uma certa reincidência das informações; entende que sua homogeneidade relativa aos atributos, o conjunto de informações passa a ser diversificado para a apreensão de semelhanças e diferenças; esforça-se para que a escolha do “lócus” e do grupo de observação e informação contenha o conjunto das experiências e expressões que se pretende objetivar com a pesquisa.

Convém ressaltar, que as informações obtidas nas entrevistas foram codificadas e os dados analisados através da análise de conteúdo, que segundo BARDIN Apud GODOY (1995:18) consiste em um instrumental metodológico que

se pode aplicar a discursos diversos e a todas as formas de comunicação. A análise de conteúdo representa ainda para o autor um “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos à condição de produção/reprodução destas imagens” (ibdem;119). Cabe então ao pesquisador tornar os resultados significativos e válidos.

Três fases são fundamentais na utilização da análise de conteúdo: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. A pré-análise é a fase em que são estabelecidas as direções a serem tomadas na análise. De acordo com MINAYO, nesta fase determinam-se os procedimentos que serão desenvolvidos na segunda fase: de exploração do material ou sejam: os procedimentos de codificação, classificação e categorização.

Para a análise qualitativa utilizamos o método de análise de conteúdo proposto por BARDIN (1997) o que apresentaremos durante este estudo.

Ao definirmos os temas para análise, foi eleita uma das técnicas para análise de conteúdo: a análise temática. Desta forma, os significados atribuídos ao tema, contribuem na definição do caráter do discurso, através de palavras ou frases que vão dar embasamento à análise, tendo como base o referencial teórico que delinea o referido estudo.

Nos discursos dos estudantes bolsistas de trabalho, buscamos uma aproximação dos significados onde foram definidos os temas (unidades de registro) a partir das questões inseridas na entrevistas. Assim, construímos o quadro abaixo discriminado a partir das referidas questões, o que permitiu elaborar os seguintes elementos:

Quadro1- Temas-chave a partir dos blocos de perguntas

BLOCOS DE PERGUNTAS	TEMAS-CHAVE
<p>1- O significado da Assistência ao Estudante e os fatores que ampliam ou limitam o desenvolvimento sócio-educacional para o aluno bolsista de trabalho</p>	<p>-Significado da Assistência</p> <p>-Fatores que limitam o desenvolvimento sócio-educacional do aluno bolsista de trabalho</p> <p>-Fatores que favorecem o desenvolvimento sócio-educacional do aluno bolsista de trabalho</p>
<p>2- O significado da Bolsa de Trabalho, fatores que limitam ou ampliam o desenvolvimento sócio-educacional</p>	<p>-Significado da Bolsa de Trabalho</p> <p>-Fatores que favorecem a formação do bolsista de trabalho</p> <p>-Fatores que prejudicam a formação do bolsista de trabalho</p>

A partir dos discursos dos bolsistas entrevistados codificamos as informações, o que se constituiu num recorte do texto (discurso), ou seja, os depoimentos dos entrevistados foram sistematizados, organizados, o que se poderá observar no quadro abaixo, caracterizando a terceira fase da análise temática.

Quadro 2- Categorização do tema-chave “Significado da Assistência ao Estudante”

TOTAL DE DEPOIMENTOS DE BOLSISTAS	AGRUPAMENTOS DE SIGNIFICADOS DA ASSISTÊNCIA
06	Ajuda, assistência financeira, bem-estar do aluno, ajuda financeira e psicológica, auxílio ao aluno
01	É oferecer o que se precisa para o desenvolvimento profissional, educacional e financeiro
01	Direito que está na constituição e negado

Os entrevistados observam que a Assistência ao Estudante difere da Bolsa de Trabalho, uma vez que aquela, como política pública, poderá oferecer ao aluno maiores possibilidades ao seu desenvolvimento educacional, bem como se constitui em um direito constitucional, enquanto a Bolsa de Trabalho vem a ser um instrumento de direito da política da Assistência ao Estudante.

Observamos pelos depoimentos dos bolsistas de trabalho, que a Assistência Social representa uma ajuda para a maioria dos entrevistados, uma assistência financeira em benefício do aluno.

Diante do tratamento dos dados acima, verificamos que a ajuda, a assistência, a assistência financeira são os elementos de maior frequência em relação ao significado da assistência ao estudante. Este entendimento para um grande contingente dos entrevistados traduz a relação entre escola e as consequências trazidas pelas relações de produção, onde o aluno inclui na sua luta diária a busca do subsídio material para continuar seus estudos.

Por outro lado, não se pode desprezar o significado histórico da Assistência Social, baseada na relação de dependência entre Estado beneficiário e o caráter emergencial de enfrentamento da pobreza, em que o Estado a mantém ainda como prática estigmatizante e discriminatória.

Para o aluno bolsista, a assistência como ajuda financeira significa a possibilidade de condições de suprirem suas dificuldades socioeconômicas no processo educacional sendo, por exemplo, incluído no Programa Bolsa de Trabalho, o aluno terá direito ao serviço de alimentação e nutrição, garantia do custeio do transporte e poderá custear seu material didático.

Para alguns alunos, a Bolsa de Trabalho é vital para a continuidade na escola. Este fato é expresso nos depoimentos onde o bolsista alega optar pela bolsa de trabalho desistindo do curso técnico concomitante. Vale salientar que se trata aqui de uma população que em sua maioria sobrevive com uma renda de um a dois salários mínimos.

Segundo depoimentos apresentados, tornou-se explícito que a política de Assistência ao Estudante é fundamental como suporte na aquisição de material escolar para o aluno, no seu desenvolvimento no processo de formação profissional embora reconheçam também a assistência além dessa ajuda material, assim como, 12,5% dos entrevistados alegam que a assistência é um direito que está na constituição, sendo negada ao estudante no seu cotidiano.

O depoimento abaixo representa o que significa a Assistência ao Estudante para outros 12,5% dos entrevistados: *“Oferecer ao aluno tudo o que ele precisa para o seu desenvolvimento profissional, educacional e financeiro. Como locais de estudos, materiais de estudos, biblioteca, programas de iniciação profissional e ajuda que proporcione o deslocamento do aluno à escola”*.

A visão de assistência neste depoimento ultrapassa o suporte financeiro que reflete nas discussões sobre a Assistência Social. Evidencia-se aqui a Assistência como política de Estado que passa a ser um espaço para a defesa e atenção aos interesses desse referido segmento (YASBEK, 1995).

Recorremos ainda a SPOSATI na defesa da Assistência Social como política de inclusão:

... defendo que a Assistência Social é política com conteúdo próprio voltado para a provisão de seguranças e de vigilância da universalização de mínimos sociais entendidos como padrões básicos de inclusão. Esta provisão opera diretamente para a superação de algumas vulnerabilidades que fragilizam o cidadão em sua sobrevivência, existência, autonomia, relacionamentos, bem como no enfrentamento das adversidades do viver. (2001: 62)

Sabemos que a Assistência Social foi marcada pelo significado da ajuda e assistencialismo tendo ao longo do tempo evoluído seu conceito em consonância com o dinamismo da sociedade e da conjuntura apresentada. E as discussões quanto ao significado daquela política entre os teóricos do tema ainda acontecem, e mesmo com resistências no âmbito das classes que representam o poder político e econômico, a assistência social foi regulamentada e instituída como política pública, sendo a ela atribuída a garantia de direitos e o exercício de cidadania, apesar da redução de investimentos promovida pelo governo federal em torno da efetivação desses direitos.

Semelhante ao procedimento da análise do último quadro apresentado, a partir dos discursos dos bolsistas entrevistados, realizamos um recorte do discurso e organizamos de modo que pudesse contribuir para a análise do tema sobre o “Significado da Bolsa de Trabalho”.

Diante do exposto em capítulos anteriores, dentre os programas da política de Assistência ao Estudante a Bolsa de Trabalho foi eleito como um dos instrumentos de inclusão do aluno no espaço acadêmico e social, desta forma procuramos categorizar o tema-chave “significado da Bolsa de Trabalho”.

Quadro 3- Categorização do Tema-chave “significado da Bolsa de Trabalho”

Nº DE BOLSISTAS/DEPOIMENTOS	AGRUPAMENTO DE SIGNIFICADOS DO PROGRAMA BOLSA DE TRABALHO
03	Aumentar a renda familiar; auxilia os alunos carentes
02	Incentivos na área profissional; preparação para vencer futuramente, um aprendizado
02	Oportunidade de conhecer a parte administrativa da escola; relacionar-se melhor com os colegas, professores e funcionários.
01	Alternativa para permanecer na escola

Tendo como base o quadro acima, percebemos que o significado atribuído à inclusão no programa Bolsa de Trabalho ultrapassa os limites do espaço escolar ou de ajuda material, nas experiências dos entrevistados, eles buscam alternativa

para uma melhor preparação profissional, ou oportunidade de melhor relacionamento com colegas, professores e servidores. Assim, podemos constatar a partir do seguinte depoimento: “... *Há também uma melhor convivência com os próprios servidores, passando para eles um certo nível de confiança a partir de uma convivência como bolsista...*”.

A Bolsa de Trabalho permite ao aluno não só a sua manutenção para a permanência na escola, mas também o desenvolvimento de sua sociabilidade. Sua inclusão no programa possibilita uma maior fluxo de informações e comunicação entre os diversos setores da instituição, conseqüentemente melhorando as relações entre professores e servidores fazendo com que o aluno se sinta mais valorizado no ambiente acadêmico.

Cabe-nos ressaltar que estes alunos, em sua maioria, diante da sua condição de vida, ao procurar o setor de Serviço Social pela primeira vez, apresentam-se cabisbaixos, trêmulos, com dificuldades, inclusive, de relatar sua verdadeira condição socioeconômica. Para estes alunos, a inclusão no programa, além da ajuda econômica, passa a ser um desafio, pois tem conhecimento das relações que serão estabelecidas no cotidiano entre professores, servidores e com os próprios colegas, além do que, em alguns setores, o aluno passará a ter uma maior interação com o público externo, devido à natureza de suas atividades a serem desenvolvidas.

Isso nos sinaliza sobre a necessidade de ampliar o campo das práticas da Assistência Social, concebendo-a como oportunidade de acesso a bens e serviços, que ao ampliarem os níveis de vida da população usuária, atendendo

suas reivindicações, os incluem socialmente como cidadãos pela efetivação de um direito adquirido com muitos esforços da sociedade civil organizada.

No decorrer deste estudo, temos mostrado o processo de desestruturação econômica que vem atingindo o país. No Estado de Alagoas local em que está inserida a instituição em estudo, pesquisa realizada pelo GAPE em julho de 2002, informa que mais de 16 mil pessoas solicitaram o seguro-desemprego na Delegacia Regional do Trabalho. Acrescenta-se ainda que só na capital, Maceió, 77% das famílias tem desempregados em casa e 52% deles com desemprego há mais de um ano (Pesquisa GAPE, 2002). Estes dados vêm constatar o perfil socioeconômico dos alunos que procuram ingressar no Programa Bolsa de Trabalho ou nos demais programas que compõem a Assistência ao Estudante no CEFET-AL, já referidos em capítulos anteriores.

Observemos este relato:

“...mudou minha vida. Meu pai faleceu. Antes estudava em escola particular, era pequena, mas era particular. Hoje, preciso da bolsa. Atualmente a gente vive apenas com o salário da minha mãe de professora primária do Estado”.

Os depoimentos de alguns bolsistas expressam o que vem sendo determinado através das relações sociais de produção e do modelo atual que entre outras conseqüências causa a precarização do trabalho, o desemprego estrutural e exclusão social.

Os entrevistados revelam em suas respostas, a necessidade de sobrevivência e de se tornarem incluídos socialmente, pois em seus discursos

reconhecem a importância de se ter acesso à escola e ao saber, o que possibilita maior participação nos diversos segmentos da sociedade apesar de suas limitações em consequência de sua posição na divisão social do trabalho.

Observemos os depoimentos a seguir:

“A Bolsa de Trabalho é um incentivo na área profissional, proporcionando ao bolsista melhor oportunidade de ingressar no mercado de trabalho, além de ser uma ajuda financeira”.

“A bolsa, apesar de ser pouco, ajuda muito. Melhorou meu relacionamento com colegas, funcionários, professores, e como me comportar em ambiente de trabalho. Ajudou muito também quanto à responsabilidade, e como conciliar estudo e trabalho”.

“Fazia o curso concomitante de Eletrônica e o curso médio, resolvi optar pela Bolsa de Trabalho. Tranquei o curso técnico, não dava para conciliar. Conversei com minha mãe e ela mandou fazer o melhor, ou seja, a Bolsa iria ajudar financeiramente e também eu pensava no vestibular. O maior sacrifício foi passar noites estudando ou finais de semana, sacrifiquei minha relação com os amigos, mas melhorou meu relacionamento com o público e no desenvolvimento das atividades na escola. A Bolsa ajudou muito financeiramente, mas ela serve tanto ao aluno, como à instituição, alguns chefes querem que os bolsistas cumpram as atividades e horários como se fossem servidores, mas compensou, já estou aprovado na primeira fase do vestibular, valeu ter desistido do curso”
(aluno do terceiro ano médio).

Estes depoimentos são de suma importância, pois revelam entre outros, um dos pontos discutidos neste estudo, referente à reforma do ensino tecnológico, a qual ao desvincular o ensino técnico do ensino médio, obrigando o aluno a estudar em horário integral, prejudicando aqueles que apresentam obstáculos socioeconômicos em dar continuidade no desenvolvimento de sua formação acadêmica.

Diante deste fato, alguns alunos optam pela Bolsa de Trabalho, por outro lado, ao inserir-se no programa o aluno desenvolve sua sociabilidade, melhorando as relações entre colegas, professores e funcionários sem desprezar o reconhecimento que o Programa atende interesses tanto do aluno como da instituição, pois com a desestruturação do trabalho e cortes nos gastos públicos levou entre outras conseqüências, a escassez de pessoal no serviço público.

A diminuição de pessoal no serviço público, especificamente no CEFET-AI, em relação aos auxiliares administrativos, trouxe como conseqüência, uma maior exigência quanto às habilidades técnicas dos bolsistas selecionados, assim como se tornaram constantes os pedidos de ampliação do quadro de bolsistas pelos diversos setores da instituição, evidenciando-se desta forma o equívoco de alguns, quanto ao objetivo do programa Bolsa de Trabalho.

Na busca de melhores condições para um bom desenvolvimento na formação acadêmica, os entrevistados apresentaram as seguintes opiniões categorizadas no quadro a seguir:

Quadro 4- Contribuição da Bolsa de Trabalho para a formação do aluno Bolsista

Nº de Bolsistas	Contribuição da Bolsa de Trabalho para a Formação do Aluno Bolsista
03	Melhorou a relação interpessoal dentro e fora do CEFET
02	Atrapalhou um pouco, fica cansativo para estudar
02	Maior responsabilidade, contribuição para a vida profissional, preparação para o mercado de trabalho
01	Aquisição de material de suporte ao desenvolvimento educacional

Para os Bolsistas de Trabalho, estarem inseridos no Programa significa poder continuar os estudos, por outro lado, resta-lhes um menor tempo em relação aos demais alunos, para estudar e apresentar um bom desempenho escolar, considerando ainda que a aprovação nas disciplinas é um dos critérios para continuidade no Programa.

Este fato para alguns dos bolsistas se tornou um desafio, até pela própria necessidade de sobrevivência, conseguindo sobressair-se nas atividades escolares.

No processo de nossa análise, apresentamos o significado das desigualdades sociais que sempre ocorreu no espaço educacional. Em relação à questão da igualdade de acesso às políticas sociais, elas estão em consonância com as relações de classe refletidas no processo de exploração e dominação existentes na sociedade.

Pode-se observar no quadro anterior, que apesar de “*cansativo*” o entrevistado acrescentou que “*a Bolsa atrapalha um pouco os estudos, mas me deu condições de continuar na escola e eu tinha medo de perder*” (aluno do curso técnico). O aluno recorre à escola como alternativa de superar os obstáculos socioeconômicos encontrados no cotidiano fora da escola.

É através do valor da Bolsa de Trabalho correspondente a 20 horas de serviços prestados à instituição, que os estudantes conseguem subsidiar sua alimentação diária, material didático, transporte e alguns deles utilizam este recurso no orçamento familiar.

Apesar das limitações que o programa apresenta ao bolsista como diminuição de horário para o estudo, o atraso do pagamento da bolsa, se constituem num meio para o aluno se manter na escola, sendo vista pelos bolsistas como uma alternativa fundamental para a superação da estagnação do seu saber.

Portanto, a Bolsa de Trabalho tem sido um instrumento necessário ao desenvolvimento educacional além de contribuir para a preparação para o mercado de trabalho segundo o depoimento a seguir:

“ A Bolsa de Trabalho permite uma iniciação profissional mesmo que ocupe um período do nosso tempo , nos oferece condições de adquirir instrumentos de estudo. Há também uma melhor convivência com os próprios servidores, passando para eles um certo nível de confiança, a partir de uma convivência e um pouco de atuação como bolsista, tiramos algo como experiência para poder sabermos como nos comportar e agir no mercado de trabalho lá fora...”

Através dos depoimentos acima percebemos que a política de Assistência ao Estudante representa para o aluno do CEFET-AL uma estratégia para garantir direitos sociais para a população considerada de baixa renda.

Em relação à assistência, apresentam-se assim, significados contraditórios ao tempo em que pode apresentar-se como “ajuda” mas podendo ainda ser um instrumento de criação de forças ao apoio à organização social. (YASBEK, 1996).

Todos os entrevistados responderam positivamente quanto às oportunidades que o programa oferece ao aluno no espaço escolar, embora alguns deles reconheçam que se torna difícil acompanhar de forma igualitária o processo ensino-aprendizagem em relação aos demais colegas não bolsistas.

Evidencia-se assim que a escola está inserida em um complexo contraditório ao mesmo tempo em que se propõe a igualdade social. Deve-se então criar medidas que venham assegurar a efetivação dos direitos ao aluno, à educação. É necessário para isso proporcionar uma igualdade proposta constitucionalmente.

Mas como a Assistência contribui como um instrumento de direito e de cidadania na formação do aluno do CEFET-AL?

Primeiramente deve-se ratificar o que foi registrado anteriormente sobre o papel do Bolsista inserido no processo de contenção de despesas do governo federal, onde o Estado passou a ser mínimo de suas responsabilidades tornando um caos o sistema público em todos os seus segmentos.

Na Educação, e conseqüentemente no CEFET, a ausência de profissionais administrativos, técnicos em laboratórios e outros, tornou o Programa Bolsa de Trabalho necessário à instituição, apesar de contraditoriamente tendo-se a preocupação de não desviar o objetivo do Programa, tendo em vista as

exigências que se tem feito pelos servidores ou professores responsáveis pelos setores, quanto ao encaminhamento dos Bolsistas, dando-se preferência àqueles que fazem uso do computador ou possuem habilidade nos diferentes laboratórios.

Percebemos mais uma vez que, apesar de se oferecer um programa de inclusão, nele próprio se evidencia um processo seletivo e discriminatório, pois entre os bolsistas mais necessitados, estes não têm, por exemplo, como desenvolver habilidades em computador que não seja em uma instituição.

A política de Assistência ao Estudante, inserida nesta relação contraditória da sociedade, contribui para que o aluno tenha garantia do seu direito à educação, além do acesso e permanência na escola, bem como, que possa discutir como se dá este complexo de relação social relacionando-o à realidade de vida dos alunos.

Respondendo sobre o significado da Assistência ao Estudante, um entrevistado alegou:

“É um direito negado, não funciona na prática. Assistência ao Estudante é o que está dentro da Constituição”.

Na visão deste Bolsista, a noção de Assistência ao Estudante está além dos programas que possam permitir sua permanência na escola. Considerando o depoimento anterior, vê-se que a assistência como um “direito negado” vem explicitar o desmonte das políticas públicas, através da ausência de recursos para a manutenção das referidas políticas. Conseqüentemente, as políticas assistenciais acabam atingidas, impossibilitando uma política efetiva de

Assistência ao Estudante, que venha contribuir na redução das desigualdades socioeconômicas no espaço escolar.

Na visão de PEREIRA (1996: 140), há uma fragmentação de programas em relação à Assistência Social desgarrada de um projeto unificado de desenvolvimento socioeconômico.

É importante aqui, ressaltar que as mudanças no mundo do trabalho, nas últimas décadas, interferiram diretamente nos processos da sociedade e foram conseqüentemente refletidas nas organizações de classes estudantis.

Na instituição de ensino ora estudada este fato se mostra ainda mais deficiente; os alunos que fazem uso da Assistência se colocam na condição de subalternos, e sem o amparo de uma entidade de classe. Os demais, aqueles que encontram num nível sócio-econômico em melhores condições, não se vêem como um coletivo, onde as condições de igualdade seriam o fator primordial a ser discutido, fazendo parte da luta diária do cidadão, pois sendo os alunos articulados política e culturalmente, suas demandas e reivindicações poderiam se tornar mais efetivas e equacionadas.

Por outro lado, um segmento da população estudantil do CEFET vê a Assistência ao estudante como um instrumento que dá legitimidade às demandas dos seus usuários, enquanto sujeitos de um processo de luta para a reivindicação dos seus direitos usurpados.

Lembremos então que os alunos estão, em sua maioria, numa faixa etária compreendida entre 16 e 18 anos de idade, com situações de ordem emocional e social em suas formas práticas. Para alguns, principalmente aqueles alunos provenientes de escolas públicas, o primeiro ano do CEFET é um impacto e um

processo de reestruturação pessoal, devido às novas situações que lhes são oferecidas em uma escola de grande porte, considerada de excelência.

Muitos desses alunos do primeiro ano são reprovados, devido a esta nova realidade. Percebe-se que no momento em que o aluno está saindo ou concluindo seu curso, é que vem o despertar para o rompimento de tutela ou tomada de consciência de que a luta coletiva a partir de reivindicações e decisões acadêmicas deve estar articulada a lutas desenvolvidas no âmbito da sociedade.

É importante destacar que a Bolsa de Trabalho é vista como a única fonte de recursos para determinados bolsistas. Alguns deles têm no valor da bolsa a renda principal da família, valor que corresponde à metade do salário mínimo vigente.

Em nosso cotidiano de trabalho no setor de Serviço Social deparamo-nos com depoimentos de responsáveis pelos bolsistas argumentando solicitações que extrapolam os critérios em relação à permanência do aluno no programa, dos quais citaremos alguns exemplos:

Um deles é o caso de mães que, apesar do filho ter sido reprovado, vêm solicitar a permanência do mesmo no programa; em outros casos, vêm pedir que o filho seja dispensado das aulas de Educação Física em vista a incompatibilidade com os horários da sua jornada na Bolsa de Trabalho.

Esclarecemos que estas solicitações são realizadas em situação extra-oficial, em vista da irregularidade da situação, o que leva ao indeferimento informal do pedido.

Por outro lado, o critério de afastamento pela reprovação, segundo o regulamento do programa, pode ser revisto, levando em consideração a situação em que ocorreu o fato, ou seja, motivo de doença na família ou do próprio

bolsista, e a precariedade de condições financeiras apresentadas na família.

Observemos este depoimento:

“Depois do falecimento de minha mãe e minha avó, passei por momentos difíceis”.

Com a perda dos familiares citados da entrevistada em questão, esta passou a residir com a irmã solteira, a qual trabalha como empregada doméstica, e a mesma passou a ter o valor da bolsa, como a principal contribuição para o orçamento familiar. Esta aluna, apesar de ter sido reprovada neste período difícil de sua vida, enquanto bolsista de trabalho, não foi desligada do programa. Continua a aluna em seu depoimento:

“A bolsa de trabalho foi e é muito importante para mim, eu precisava trabalhar e estudar e a bolsa permitiu as duas coisas.”

Normalmente, a família mais próxima destes alunos também não tem como ajudá-los, pois sobrevive nas mesmas condições socioeconômicas daqueles, dificultando então as formas de ajuda financeira aos mesmos.

Outros alunos, embora vivendo com seus responsáveis que sobrevivem de ocupações ditas informais, por sua própria natureza, nem sempre apresentam uma renda fixa. Como exemplos dessas ocupações podemos citar as de pedreiro, serventes de pedreiros, faxineiras e outras. O depoimento abaixo de um entrevistado representa este fato:

“Não posso nem dizer que meu pai trabalha, tem dias que ele consegue alguma coisa, outros não, por isso não posso sair da bolsa, por causa disso fico muito preocupado quando o dinheiro da bolsa atrasa.”

Podemos constatar mais uma vez que o aluno utiliza o rendimento obtido pela Bolsa para satisfação das suas necessidades diárias e de seus familiares, como alimentação, transporte, às vezes sacrificando até mesmo a aquisição do seu material didático, em favor de sua necessidade básica de sobrevivência.

Analisando por este aspecto, a inclusão do aluno no Programa resulta em sacrifício do seu desempenho educacional, como observado em depoimento a seguir:

“ O lado negativo da Bolsa é ficar os dois horários, fica cansativo para estudar as disciplinas.”

Os alunos bolsistas se ocupam normalmente de atividades burocráticas que não condizem, necessariamente, com as finalidades do curso que ora realizam. Suas atividades se estendem por um período de vinte horas semanais, o que significa que o aluno passa, diariamente, mais de oito horas dedicadas à escola, restando-lhes um horário para estudar ou participar de outras atividades extra-escolares.

Para os alunos de curso concomitante isto se torna mais preocupante, pois estudam em dois horários e um terceiro turno é dedicado à Bolsa de Trabalho. Estes alunos representam 8,7% dos incluídos no Programa, segundo a tabela 3 apresentada neste estudo.

Cabe ressaltar que, embora estes alunos não tenham nenhuma reprovação escolar constada no seu histórico no período posterior à aquisição da Bolsa, carregam uma grande lacuna no seu processo educacional, pois certamente não terão condições de um maior desenvolvimento intelectual por não lhes sobrar tempo suficiente para transitar e estudar em biblioteca, ou participar de grupos de estudo.

Diante deste fato, é complexa a indagação quanto à contribuição ou não da Bolsa de Trabalho para a formação do aluno. Os fatos apresentados têm mostrado que a inclusão do aluno no Programa pode resultar em uma penalização no seu desempenho e formação educacional. Por outro lado, observamos que a necessidade de se manter na escola é fundamental.

Desta forma, apresenta-nos então um quadro em que se observa uma contradição entre o objetivo da Bolsa de Trabalho e as condições nas quais ela é cumprida.

Do ponto de vista da contribuição que o programa oferece a formação do aluno, reconhecemos que com a situação apresentada, aliada ao horário intensivo que permanece na escola, este aluno certamente será prejudicado, pois seus horários disponíveis se constituem em “dar conta” das atividades necessárias para a sua aprovação no curso, prejudicando o seu aprendizado e crescimento intelectual.

É importante destacar que a Bolsa não está apenas atrelada à manutenção do aluno na escola, mas ao investimento em favor da formação educacional do aluno.

Sendo assim o Programa representa, para os bolsistas, um conjunto de ambigüidades e contradições, haja vista que, na concepção dos mesmos, a Bolsa

se torna uma infraestrutura material sem a qual não poderiam atingir seus objetivos acadêmicos e profissionais oferecendo condições de se manterem no espaço estudantil.

O artigo 1º, parágrafos 2º e 3º, inciso XI da LDB/96 reza que “*a educação deve englobar os processos formativos e que o ensino será ministrado com base no princípio da vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais*”. Daí considerar a assistência como direito e espaço prático de cidadania articulando-a ao processo educativo sendo fundamental para a formação do aluno. Ratificando a Assistência como direito social, leva-se a uma ruptura ideológica de assistência como favor e concessão do Estado.

Neste estudo, segundo o resultado da pesquisa com os bolsistas de trabalho, percebemos que os entrevistados atribuem ao programa um meio que permite a participação no processo sócio-educacional garantindo, além do acesso à escola, a possibilidade de prosseguimento dos seus estudos sendo esta uma das condições de se tornarem incluídos no processo produtivo da sociedade.

Constatamos ainda que o Programa Bolsa de Trabalho possibilita ao aluno o desenvolvimento de sua sociabilidade e de suas relações sociais, onde presenciamos no seu cotidiano o processo de crescimento neste aspecto, haja vista sua forma de expressão comparada ao seu ingresso no Programa.

Este aluno nos chega com uma carga de inibição ocasionada por vários motivos: estigma de necessitado, revelação de sua verdadeira condição socioeconômica e ser incluído perante os demais colegas na condição de carente financeiramente.

Desta forma, a Assistência ao Estudante deverá efetivar sua contribuição criando instrumentos que venham possibilitar ao aluno, ampliar os espaços de

participação, seja ele no ambiente escolar, ou na sociedade, através de sua participação política, econômica ou cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir a Assistência Social em tempos de desmontes e ajustes econômicos torna-se complexo, tendo em vista ser aquela política inerente às demais políticas sociais e necessária à concretização de direitos e consolidação do exercício da cidadania.

Perpassando à política de educação, a Assistência fica submetida ao compromisso com a formação do aluno da classe trabalhadora diante do discurso neoliberal que mantém a dicotomia entre os vários níveis de ensino, conforme orientação da LDB/96.

A reforma do ensino tecnológico expõe a educação aos ditames mercadológicos evidenciando a qualificação e requalificação profissional, contribuindo para reforçar cada vez mais a exclusão e as desigualdades sociais, pois além de não assumir o compromisso com a formação do aluno não garante sua inserção no processo produtivo devido ao desemprego estrutural que tem atingido a sociedade. Conseqüentemente torna-o aliado do processo de conhecimento necessário, contraditoriamente, ao ingresso no mundo do trabalho e social.

Sabe-se ainda que a relevância que se atribui à qualificação profissional, desqualifica o trabalhador ao tempo em que há o incremento tecnológico, submetendo esta população ao desemprego estrutural, conseqüentemente, aumentando-se o subemprego e a exclusão social sendo negado à classe trabalhadora os direitos básicos de sobrevivência e o exercício da cidadania.

A política de educação, como visto anteriormente, vem sendo atingida diretamente e a quem nela está inserido. Durante este estudo foi constatado através do perfil socioeconômico dos alunos inseridos no Programa Bolsa de Trabalho, que grande parte das famílias desse contingente da população vive em situação de subemprego.

Desta forma, sendo a educação um espaço antagônico precisa-se buscar uma qualificação aliada ao compromisso de capacitar e contribuir para a formação do aluno de modo a possibilitá-lo a uma participação consciente no processo social, político e econômico da sociedade.

Percebe-se então o espaço relevante da política de Assistência ao Estudante, por ser um instrumento de inclusão social do aluno, o qual tem perdido sua identidade enquanto portador de direitos sociais e político.

Torna-se um desafio no tocante ao confronto ao novo direcionamento das políticas públicas, entre elas a de educação, que não garante o acesso e permanência dos alunos nos estabelecimentos de ensino, onde as desigualdades sociais evidentes expropriam o aluno da classe trabalhadora em busca de atividades que possam complementar a renda familiar.

Isto nos permite consolidar a Assistência ao Estudante como uma política que vinculada ao processo educativo permita contribuir pelo acesso da população aos vários níveis de conhecimento rompendo-se as dicotomias entre ensino técnico e humanista, formação geral e específica fragmentando o conhecimento que vem sendo construído historicamente.

O Programa Bolsa de Trabalho para alguns estudantes é a única fonte de renda para a família, embora salientamos que esta população utiliza 20 horas

dedicadas aos trabalhos burocráticos ou técnicos tornando mais intensivo o seu cotidiano no contexto sócioeducacional.

Por outro lado, a Assistência ao Estudante no CEFET-AL utilizando o Programa Bolsa de Trabalho como instrumento de direito vem confirmar, através deste processo de investigação, sua contribuição ao acesso ao conhecimento e ao processo sócio-educacional do aluno e tem como compromisso criar condições para a garantia dos direitos sociais, e que este aluno seja inserido não só no espaço estudantil, mas articulá-lo aos segmentos sociais, políticos e culturais, possibilitando sua participação na sociedade.

Quanto à contribuição do programa Bolsa de Trabalho para a formação do aluno, não podemos deixar de registrar a ocorrência de fatores que extrapolam o contexto da estrutura do Programa. Estes se fazem presentes diante das condições de precariedade em que vivem as famílias destes alunos, o que faz com que os objetivos do Programa sejam em parte atingidos, quando a Bolsa se torna fator de permanência do estudante do CEFET-AL por um lado, mas quando parte do valor desta Bolsa na família do bolsista passa a ser destinado ao orçamento da mesma, o uso passa a ser desviado, embora os objetivos terminem sendo atingidos já que, se revertendo na manutenção da estrutura socioeconômica desta família mantém o aluno, portanto, na escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O Serviço Social na Educação. **Revista Inscrita**, CFESS. Brasília, n. 6, p. 19 – 24, 2000.

BASTOS, João Augusto de Souza Almeida. **Cursos superiores de Tecnologia: Avaliação e perspectivas de um modelo de Educação Técnico-Profissional**. Brasília: SENETE, 1991.

BIANCHET, Roberto G. **Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais**. 3 ed. SP: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 56).

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Lei nº 8069/90. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente**.

BRASIL **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

COSTA, Ana Rita Firmino et alli. **Orientações Metodológicas Para Produção de Trabalhos Acadêmicos**. 5 ed, Maceió: EDUFAL, 2002.

CUNHA, Luiz Antônio C. R. **Política Educacional no Brasil: a Profissionalização no ensino médio**. 2 ed. RJ: Eldorado, 1997.

CURTY, Marlene Gonçalves e CRUZ, Anamaria da Costa. **Apresentação de Trabalhos Científicos: guia para alunos de cursos de especialização**. Maringá: Dental Press Editora, 2000.

DEMO, Pedro. **A Nova LDB: Ranços e Avanços**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

_____, **Educação Pelo Averso: assistência como direito e como problema**. SP: Cortez, 2000.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. Proposta para um Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Públicas de Ensino Superior. João Pessoa, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. SP: Cortez, 1995.

_____. **A Produtividade da Escola Improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 5 ed. SP: Cortez: 1999.

GENTILI, Pablo. (ORG), **Pedagogia da Exclusão – Crítica ao Neoliberalismo em Educação**. 3 ed, Petrópolis: Vozes, 1997.

GHIRALDELLI Jr., Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1991. Coleção Magistério – 2º grau, Série Formação do Professor.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. **Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais**. Revista de Administração de Pesquisa, São Paulo, V.35, n. 3, 1995.

GOHN, Maria da Glória. Educação, Trabalho e Lutas Sociais. In: **A Cidadania Negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. Pablo Gentili e Gaudêncio Frigotto (Orgs), São Paulo, Buenos Aires: Cortez; CLACSO, 2001.

GONDIM, Linda Maria de Pontes (Org). **Pesquisa em Ciências Sociais: o Projeto de dissertação de mestrado**. Fortaleza: Editora da UFC, 1999.

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

KUENZER, Acácia Zeneida. O Ensino Médio Agora é para a Vida: entre o pretendido, o dito e o feito. In: **Revista Quadrimestral de Ciência da Educação, Cedes**, Campinas. Ano XXI, n. 70, abril, 2000.

_____. **Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado neoliberal**. S. Paulo: Cortez, 1997. (Questões da Nossa Época. V. 63).

_____. **Ensino de Segundo Grau: o trabalho como princípio educativo**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. As Mudanças no Mundo do Trabalho e a Educação: novos desafios para a gestão. In: **Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. Naura Syria Carapeto Ferreira (Org), São Paulo: Cortez, 2000.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Politecnia, Escola Unitária e Trabalho**. 2 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 5 ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1986.

MARX, Karl. **A Questão Judaica**. 5 ed. São Paulo: Centauro Editora, 2000.

MOTTA, Ana Elizabete. **Cultura da Crise e Seguridade social: um estudo sobre as tendências da Previdência e da Assistência Social brasileira nos anos 80 e 90.** São Paulo: Cortez, 1995.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Educação e política no Brasil Hoje.** São Paulo: Cortez, 1994.(Coleção Questões da nossa época: v. 36).

_____. Ensino Médio, Ensino Técnico e Educação Profissional: delimitando campos in: **Educação e Política no Limiar do Século XXI**, Lúcia M^a Wanderley Neves (Org). SP: Autores Associados, 2000.

OLIVEIRA, Euglébia Andrade de. **A assistência ao estudante no espaço Universitário: limites e possibilidades.** In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 9, Caderno de Comunicações, v. 1, Goiana: UFGO, 1998.

_____. **Assistência ao Estudante e Cultura Política no Espaço Universitário.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Programa de Pós - Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

PAURA, Simone Giglio. **Uma visão dos programas assistenciais na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).** Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 9, Caderno de Comunicações, v. 1, Goiânia: UFGO, 1998.

PEREIRA, Potyara. Questão Social, Serviço Social e Direitos da Cidadania In: **Temporalis - Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ABEPSS**, a . II, n. 3, jan/jun 2001.

_____. **A Assistência social na Perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil.** Brasília: Thesaurus, 1996a.

PORTELLI, HUGO. **Gramsci e o Bloco Histórico,** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ROCHA, Sheila Nadéria Rodrigues. **As perspectivas de operacionalização da assistência social no espaço universitário: limites/ possibilidades para o acesso e a permanência no ensino superior público.** In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 9, Caderno de Comunicações. V. 1, Goiânia, GO, 1998.

_____. **Assistência ao estudante universitário: representações sociais e práticas no espaço acadêmico.** Dissertação de Mestrado em Serviço Social, UFPE, Recife, 2000.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973).** Petrópolis: Vozes, 1978.

RUDIO, Franz Vitor. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica.** Petrópolis: Vozes, 1986.

SCHONS, Selma Maria. **Assistência Social entre a ordem e a “des-ordem”: mistificação dos direitos sociais e da cidadania.** São Paulo: Cortez, 1999.

SHIROMA, Eneida Oto et alli. **Política Educacional.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

SOUZA, José Romildo, **Evasão Escolar e a Educação Profissional no CEFET-AL.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação: Maceió-UFPB/CEFET-AL. Maceió, 2001.

SPOSATI, Aldaíza, FALCÃO, Maria do Carmo & FLEURY, Sônia Maria Teixeira. **Os Direitos dos (des) assistidos Sociais.** 3. ed, São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Desafios Para Fazer Avançar a Política de Assistência Social no Brasil** in: **Serviço Social e Sociedade**, a. XXII, n. 68, p.54 – 82, nov. 2001.

_____. **Assistência Social na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão de análise.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 1992.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação é um Direito**. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

TOMASI, Livia et alli. **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**, 3 ed, São Paulo: Cortez, 2000.

VIEIRA, Evaldo Amaro. As Políticas e os Direitos Sociais no Brasil: avanços e retrocessos in: **Serviço Social e Sociedade**, a. XVIII, n 53, mar.1997.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social**, 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Pobreza e Exclusão Social: expressões da questão social no Brasil In: **Temporalis - Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social –ABEPSS**, a . II, n. 3, jan/jun 2001.

ANEXOS

ANEXO I

MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO AOS BOLSISTAS DE

TRABALHO

NOME:
ENDEREÇO ATUAL:

I – IDENTIFICAÇÃO

1. Idade:

- a) até 15 anos
- b) 16 a 18 anos
- c) 19 a 21 anos
- d) maior de 21 anos

2. Sexo:

- a) masculino
- b) feminino

3. Estado Civil:

- a) Solteiro
- b) Casado
- c) separado/divorciado

4. Você tem filhos?

- a) Sim Quantos? _____
- b) Não

5. Cursou o ensino fundamental em:

Tipo de Escola	Parcialmente	Totalmente
Pública		
Cenecista		
Particular		

6. Ocupação do pai:

- a) agricultor
- b) comerciante
- c) ambulante
- d) servidor público
- e) pequeno comerciante
- f) pedreiro/servente
- g) outras (especificar) _____

7. Ocupação da mãe:

- a) agricultora
- b) comerciaria
- c) empregada doméstica
- d) dona-de-casa
- e) pequena comerciante
- f) servidora pública
- g) ambulante
- h) outras (especificar) _____

8. Nível de instrução do pai:

- a) analfabeto
- b) alfabetizado
- c) fundamental completo
- d) fundamental incompleto
- e) médio completo
- f) médio incompleto
- g) superior completo
- h) superior incompleto

9. Nível de instrução da mãe:

- a) analfabeta
- b) alfabetizada
- c) fundamental completo
- d) fundamental incompleto
- e) fundamental completo
- f) médio incompleto
- g) médio completo
- h) superior incompleto

10. Procedência:

- a) capital
- b) interior

11. Número de pessoas que residem em sua casa

- a) uma a duas pessoas
- b) três a quatro pessoas
- c) cinco a seis pessoas
- d) sete pessoas ou mais

12. Se trabalha, indicar carga horária por dia

- a) 4 horas
- b) 6 horas
- c) 8 horas

13. Se sim, qual o turno?

- a) manhã
- b) tarde
- c) noite

14. Quantas pessoas trabalham em sua casa?

- a) uma pessoa
- b) duas a três pessoas
- c) quatro a cinco pessoas
- d) mais de cinco pessoas

15. Qual a renda familiar?

- a) Menor que um salário mínimo
- b) De um a dois salários mínimos e meio
- c) De três a quatro salários mínimos e meio
- d) De cinco a seis salários mínimos
- e) Maior que sete salários mínimos

II - ATIVIDADES ACADÊMICAS

16. Curso: _____ Série _____ horário: _____

17. Ano em que ingressou no CEFET-AL: _____

18. Consta reprovação no histórico escolar?

- a) sim
- b) não

19. Trancou matrícula alguma vez?

- a) sim Motivo?
 - a) precisou trabalhar
 - b) dificuldades nas disciplinas
 - c) dificuldades na relação com professor
 - d) problemas de saúde
- b) não

20. Quantas vezes se inscreveu no Programa Bolsa de Trabalho até ser selecionado?

- a) uma vez
- b) duas vezes
- c) três vezes

21. Motivo apresentado para solicitação da Bolsa de Trabalho:

- a) Dificuldades financeiras
- b) Ajudar aos pais nas despesas escolares
- c) Oportunidade de se envolver mais com os diversos setores do CEFET

ANEXO II

ROTEIRO DA ENTREVISTA REALIZADA JUNTO AOS BOLSISTAS DE

TRABALHO.

1. O que o bolsista espera do curso
2. As prioridades que o bolsista estabelece para a satisfação de suas necessidades.
3. A inserção do bolsista no CEFET-AL e fora dele – as relações que ele estabelece diante da realidade.
4. Como o bolsista se coloca quanto à sua participação na Bolsa de Trabalho.
5. Como essa Bolsa serve para que o aluno lute contra o *status quo*
6. Como a Bolsa o ajuda a ter consciência e responsabilidades.